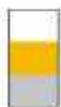




RELATÓRIO E CONTAS

2020

COMPANHIA DOS CARROS DE SÃO GONÇALO, S.A.



**COMPANHIA DOS CARROS
DE SÃO GONÇALO, S.A.**

Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG)

Fundoa de Baixo | 9020-242 Funchal

Telefone: 291 705 555

Fax: 291 705 557

E-mail: geral@horariosdofunchal.pt

Website: www.horariosdofunchal.pt

Capital Social: EUR 5.000.000,00

NIPC e Matrícula: 511 007 116



RELATÓRIO
E CONTAS

2020

ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	11
NOTA DE ABERTURA.....	17
APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO.....	19
INDICADORES RELEVANTES	27
01 RELATÓRIO DE GESTÃO	31
1.1. Enquadramento Económico-financeiro.....	32
1.2. Atividade.....	33
02 EXPLORAÇÃO	35
2.1. Oferta.....	37
2.1.1. Serviço Interurbano	37
2.1.2. Serviço de Alugueres	37
2.2. Procura.....	38
2.2.1. Serviço Interurbano	38
2.2.2. Serviço de Alugueres	39
2.3. Paragens	40
2.4. Fiscalização	40
03 RECURSOS HUMANOS	41
3.1. Efetivo.....	43
3.2. Caracterização do Efetivo	44
3.3. Absentismo	44
3.4. Trabalho Suplementar	45
3.5. Gastos com o Pessoal	46
3.6. Formação	46
3.7. Saúde	47
3.8. Acidentes de Trabalho	47
3.9. Testes de Alcoolemia.....	48
3.10. Sinistralidade	48
04 MANUTENÇÃO.....	51

4.1.	Frota total	54
4.2.	Frota por Serviços	56
05	ENGENHARIA E PRODUÇÃO	57
5.1.	Ambiente	59
5.2.	Lavagens de Viaturas	59
06	LOGÍSTICA	61
07	COMERCIAL	63
7.1.	Vendas do Serviço Interurbano	65
7.2.	Informação, Eventos e Campanhas	67
08	TECNOLOGIA	71
8.1.	Desenvolvimento e Manutenção de Software	73
8.2.	Alojamento e Administração de Sistemas	73
8.3.	Suporte Técnico	73
8.4.	Assistência	74
8.5.	Segurança das TIC	75
8.6.	Atividades não Planeadas	75
09	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	77
9.1.	Resultados	79
9.2.	Rendimentos e Ganhos	79
9.3.	Gastos e Perdas	80
9.4.	Indicadores Financeiros	81
	Perspetivas Futuras	84
	Responsabilidade da Administração	84
	Proposta de Aplicação de Resultados	85
10	CONTAS DO EXERCÍCIO	86
10.1.	Balanço	87
10.2.	Demonstração dos resultados por naturezas	88
10.3.	Demonstração dos fluxos de caixa	89
10.4.	Demonstração das alterações no Capital Próprio	90
	ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	91

ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Oferta Serviço Interurbano	37
Quadro 2 - Oferta Serviço de Alugueres.....	38
Quadro 3 - Procura Serviço Interurbano	38
Quadro 4 - Procura Serviço de Alugueres.....	39
Quadro 5 - Fiscalização	40
Quadro 6 - Efetivo.....	43
Quadro 7 - Movimentações.....	43
Quadro 8 - Indicadores de Movimentação.....	43
Quadro 9 - Absentismo.....	45
Quadro 10 - Trabalho Suplementar.....	46
Quadro 11 - Gastos com o Pessoal	46
Quadro 12 - Formação Profissional	47
Quadro 13 - Saúde.....	47
Quadro 14 - Acidentes de Trabalho.....	48
Quadro 15 - Testes de Alcoolemia.....	48
Quadro 16 - Sinistros	49
Quadro 17 - Custo da Sinistralidade	49
Quadro 18 - Manutenção da Frota Total.....	54
Quadro 19 - Manutenção Frota Interurbana.....	56
Quadro 20 - Manutenção Frota de Alugueres.....	56

Quadro 21 - Ambiente	59
Quadro 22 - Lavagens de Viaturas	59
Quadro 23 - Receita por tipo de título	65
Quadro 24 - Bilhetes Pré-comprados	68
Quadro 25 - Assistência	74
Quadro 26 - Resultados	79
Quadro 27 - Resultados por serviço	79
Quadro 28 - Rendimentos e Ganhos	79
Quadro 29 - Rendimentos e Ganhos por serviço	80
Quadro 30 - Gastos e Perdas	81
Quadro 31 - Gastos e Perdas por serviço	81
Quadro 32 - Indicadores Financeiros.....	82
Quadro 33 - Dívida Comercial e Financeira	83

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Passageiros transportados no Serviço Interurbano.....	39
Gráfico 2 - Passageiros transportados no Serviço de Alugueres	40
Gráfico 3 - Idade dos Colaboradores	44
Gráfico 4 - Antiguidade.....	44
Gráfico 5 - Habilitações Académicas	44
Gráfico 6 - Classificação do Absentismo (em horas)	45
Gráfico 7 - Idade média da frota.....	53
Gráfico 8 - Quilometragem e Consumos	55
Gráfico 9 - Custo/Km e Consumo de Combustível	55
Gráfico 10 - Taxas de Imobilização por motivo (em %).....	55
Gráfico 11 - Receita por tipo de título (em %).....	65
Gráfico 12 - Receitas mensais de bilhetes (em euros sem IVA)	66
Gráfico 13 - Receitas mensais de passes (em euros sem IVA).....	67
Gráfico 14 - Receitas tarifárias com Indemnizações Compensatórias (em euros sem IVA).....	67

Gráfico 15 - Origem da receita gerada pelos Bilhetes Pré-Comprados.....	68
Gráfico 16 - Suporte Técnico	73
Gráfico 17 - Tempo médio de reposta por vias de pedido (em horas)	74
Gráfico 18 - Peso dos Rendimentos e Ganhos por serviço (em %)	80
Gráfico 19 - Peso dos Gastos e Perdas por serviço (em %)	81

GLOSSÁRIO

CCSG: Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A.;

HF: Horários do Funchal – Transportes Públicos, S.A.;

RAM: Região Autónoma da Madeira;

GRM: Governo Regional da Madeira;

SREM: Secretaria Regional de Economia;

DRETT: Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres;

PARTRAM: Programa de Apoio à Redução Tarifária na Região Autónoma da Madeira;

IC's: Indemnizações Compensatórias;

CCP: Código dos Contratos Públicos ;

RARE: Regulamento de Aquisições de Bens e de Serviços e de Realização de Empreitadas;

p.p.: pontos percentuais;

n.a.: não aplicável;

Vkm: Veículos quilómetro (quilómetros totais);

LKO: lugares por quilómetro oferecidos;

PKT: passageiros por quilómetro transportados;

TO: taxa de ocupação – PKT/LKO

CAM: Certificado de Aptidão para Motorista;

TCC: Transporte Coletivo de Crianças;

Índice de Frequência: número de acidentes por 100.000 horas trabalhadas;

Índice de Gravidade: número de dias perdidos por 100.000 horas trabalhadas;

Índice de Avaliação de Gravidade: número médio de dias perdidos por acidente;

Índice de Incidência: número de acidentes por 100 colaboradores;

TEP: Tonelada equivalente de petróleo;

Solvabilidade: Capital Próprio/Passivo Total;

Autonomia Financeira: Capital Próprio/Ativo Total;

Capacidade de Endividamento: Capital Próprio/Capitais Permanentes;

Liquidez Geral: Ativo Corrente/Passivo Corrente;

EBITDA: Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos;

EBIT: Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos);

Margem Bruta: Vendas e Serviços - (CMVMC + FSE).



MENSAGEM DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020, foi um ano muito duro e conturbado em termos de exploração para a Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., pois, se ao longo dos últimos anos já vinha a perder passageiros e, conseqüentemente, receitas, apesar da implementação em abril de 2019 do Programa de Apoio à Redução Tarifária na Região Autónoma da Madeira (PARTRAM) nos transportes públicos, que se consubstancia na imposição de um limite de 40 euros para os passes sociais interurbanos e gratuidade para as crianças até aos 12 anos, em termos gerais, a crise pandémica, que teve início em meados de março, veio agravar estas perdas, dado que fomos obrigados a suspender as vendas a bordo e reduzir a nossa capacidade de transporte de passageiros para um terço até o dia 3 de maio.

Considerando a evolução da pandemia verificada na Região Autónoma da Madeira desde finais do mês de março, marcada por fortes medidas de confinamento, o Governo Regional, promoveu a retoma faseada de alguns setores de atividade, entre os quais o setor dos transportes públicos, determinando para o mês de julho a ocupação até 90% da capacidade máxima dos veículos automóveis utilizados no transporte coletivo de passageiros. No início de maio, chegou a ser de 50%, passando depois para um terço, depois para dois terços e 70% em junho. Sendo que nos restantes dois meses do 3º trimestre, agosto e setembro, repôs em 100% a lotação permitida.

Além destas limitações na rede interurbana, os serviços de Alugueres foram suspensos temporariamente até haver melhoria da situação pandémica vivida na Região, que acabou por acontecer em novembro, mas muito residual.

No entanto, e de modo a evitar a todo o custo a segunda vaga do vírus, o Governo Regional da Madeira anunciou em novembro, e bem, mais medidas restritivas para o combate à pandemia na Região, nomeadamente, a redução da lotação dos transportes públicos em um terço.

Numa região em que o setor do turismo desempenha um papel crucial, a pandemia tem tido efeitos negativos nos empregos ligados, direta e indiretamente, a este setor, fazendo com que grande parte da população ativa da Madeira estivesse em regime de “Lay-Off” ou desempregada. Contudo, há que ressaltar o papel primordial do Governo Regional que tem anunciado e implementado vários pacotes de medidas de apoio, quer aos empresários quer aos particulares.

As limitações à lotação máxima permitida nos transportes públicos de passageiros, como política de combate à Covid-19, o Regime de “Lay-Off” e o encerramento de algumas empresas, contribuíram para a redução do número de passageiros transportados e, como consequência, à quebra acentuada da receita, fazendo com que alguns indicadores quer financeiros quer de exploração apresentem valores negativos.

Durante estes últimos meses, o Conselho de Administração tem feito tudo o que está ao seu alcance para proteger a saúde e a segurança dos seus colaboradores e respetivas famílias, clientes e parceiros, através da elaboração e implementação de um Plano de Contingência Covid-19, associado a investimentos contínuos em equipamentos de proteção individual (EPI’s) e também de aplicação coletiva e em campanhas que visam mitigar o risco de contágio para os seus colaboradores e os seus clientes.

Estamos agradecidos e sensibilizados pela resiliência e dedicação dos nossos colaboradores, que continuam a dar tudo o que têm para prestar serviços essenciais aos nossos clientes, tendo demonstrado um enorme carácter e capacidade de adaptação em tempos de constante mudança.

Neste contexto de pandemia, a Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A., continuou a mostrar um desempenho muito resiliente, impulsionado por um conhecimento único dos nossos clientes, dando sempre uma rápida resposta às alterações das medidas de prevenção que iam sendo emanadas pelo Governo Regional da Madeira, adaptando-se rapidamente às circunstâncias Regulamentares.

Em termos financeiros, a junção de todos os fatores acima referidos, refletiu-se diretamente no Resultado da empresa, apresentando em 2020, um Resultado Líquido negativo, na ordem dos 826 mil euros, e uma redução do seu volume de negócios em 50,8%, bem como do seu EBITDA em 107,1% face ao ano anterior.

A 30 de dezembro de 2020, foi publicado no JORAM I Série, Nº 245, 4º suplemento, a resolução nº 1285/2020, que autoriza a realização da despesa inerente ao concurso público internacional para a “Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na RAM” e a 8 de fevereiro de 2021 o mesmo foi publicado no Diário da República, nº 26, parte L - Contratos Públicos, concurso que se aplica a todo o serviço de transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, na qual a Companhia dos Carros de São Gonçalo está inserida.

Assim, não estando em questão a continuidade da empresa no próximo exercício, uma vez que se prevê a prorrogação do contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira até finais de 2021, atendendo que não é intenção da CCSG concorrer ao citado concurso, é provável que no ano de 2022 sejam tomadas decisões que possam por em causa a continuidade das operações mas que de momento não nos é possível determinar os moldes e as circunstâncias em que tal ocorrerá, sendo uma

possibilidade, a incorporação na HF, dos ativos e recursos humanos da CCSG, caso estes últimos o queiram, pois poderão optar por integrar a nova concessionária.

As implicações, desta incorporação, serão refletidas no futuro, nas Demonstrações Financeiras Previsionais a partir do início da nova concessão decorrente do Concurso Internacional em curso, ao nível dos Gastos, nomeadamente, Gastos com Pessoal, dos Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e, também, nas receitas através da aplicação dos Preços de Transferência. Para além dos aspetos de natureza financeira, existirão eventuais impactos esperados em termos de eficácia e eficiência de toda a operação da Horários do Funchal, S.A..

Para 2021, até ao fim do Contrato de Serviço Público, as incertezas são muitas, ainda para mais quando estamos a viver uma terceira vaga neste momento, com algumas incertezas em termos de relançamento da operação em pleno, pois estamos a cumprir com as medidas emanadas pelo Governo Regional. Mas as bases já foram lançadas e delineadas. Nesse aspeto, a Empresa não pode deixar de dar nota do apoio incondicional:

- A todos os seus Colaboradores;
- Ao seu Acionista, a Horários do Funchal S.A, que definindo orientações estratégicas claras e de inquestionável valor para a empresa, como, por exemplo, apoiando as atividades descritas no presente relatório, potencia uma frutuosa colaboração entre as partes, para o presente e futuro.

Por último, como não podia deixar de ser, queremos agradecer o empenho e a dedicação da nossa Tutela, Secretaria Regional da Economia, liderada pelo Ex. Sr. Secretário Dr.º Rui Barreto, e do nosso acionista, Governo Regional da Madeira, aqui representado pelo Vice Presidente Dr.º Pedro Calado, pois estamos certos de que, em 2021, seremos capazes de continuar a satisfazer as necessidades dos nossos clientes, mitigando os constrangimentos causados pela pandemia, continuando a criar valor para todos os nossos *stakeholders*.

AGRADECIMENTOS

A execução do plano de atividades no exercício de 2020 só foi possível, graças à pronta colaboração de diversas entidades e pessoas, às quais não poderíamos deixar de agradecer.

Entende o Conselho de Administração mencionar de forma particular:

- Os colaboradores da Companhia de Carros de São Gonçalo S.A., pelo esforço, empenho e dedicação no cumprimento dos objetivos propostos;
- Os nossos clientes sem exceção;
- Os nossos fornecedores e prestadores de serviços;
- O nosso Revisor Oficial de Contas, pela cooperação no acompanhamento da atividade da empresa;
- As entidades públicas e instituições financeiras com quem trabalhamos, pela confiança e apoio demonstrados;
- À Horários do Funchal – Transportes Públicos S.A, nossa acionista, à Secretaria Regional da Economia da Madeira, à Direção Regional de Economia e Transportes Terrestres e à Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, representada pelo Sr.º Dr.º Pedro Calado, que nos ajudou no cumprimento dos objetivos e consolidação do plano de negócios e investimentos nos seus diversos aspetos.

A todas as pessoas, o nosso **muito obrigado**.

(Esta página foi deixada em branco propositadamente.)



NOTA DE ABERTURA

NOTA DE ABERTURA

O ano de 2020, foi um ano turbulento e sem precedentes, após um início de ano normal, fomos atingidos pela pandemia Covid-19, em meados do mês de março, e, foi a partir do segundo trimestre que sentimos os principais impactos desta situação sem precedentes.

A rede interurbana da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., de há uns anos a esta parte vinha apresentando reduções em diversos indicadores, quer de exploração quer financeiros, devido à quebra da procura nas zonas geográficas abrangidas pela empresa, devido a uma série de fatores, nomeadamente, emigração, desemprego, entre outros.

Infelizmente, nem a implementação do PARTRAM, Programa de Apoio à Redução Tarifária da Região Autónoma da Madeira nos transportes públicos, por via do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2019, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 26/2018/M, de 31 de dezembro, que estabeleceu, no seu artigo n.º 62º, que se consubstancia, em termos gerais, na imposição de um limite de 40 euros para os passes sociais interurbanos e gratuidade para crianças até aos 12 anos, impactou positivamente na procura.

Todos estes fatores estruturais associados ao aparecimento da Covid-19, obrigou a empresa mãe a tomar medidas de gestão extraordinárias, como forma de mitigar todos estes impactos.

Uma das medidas tomadas, importante para a empresa, foi a assinatura do 4.º Aditamento ao Contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na Região Autónoma da Madeira, com o GRM, no dia 4 de junho de 2020, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, em consequência da emergência de saúde pública ocasionada pela pandemia Covid-19.

Assim, de modo a evitar roturas na prestação do serviço público de transporte de passageiros às populações, salvaguardando a sua continuidade, foi assinado este aditamento que altera o Anexo V do Contrato, onde está refletido alguns ajustamentos nos pagamentos das indemnizações compensatórias, ou seja, houve um adiantamento de 50% no pagamento das IC's de outubro, novembro e dezembro, para serem pagos nos meses de maio, junho e julho.

No final do ano, foi também assinado um Contrato Programa com a Região Autónoma da Madeira para a atribuição de apoio no âmbito da quebra de receitas e aumento da despesa, resultantes dos efeitos decorrentes da pandemia Covid-19, no montante de 446.374,24 euros.

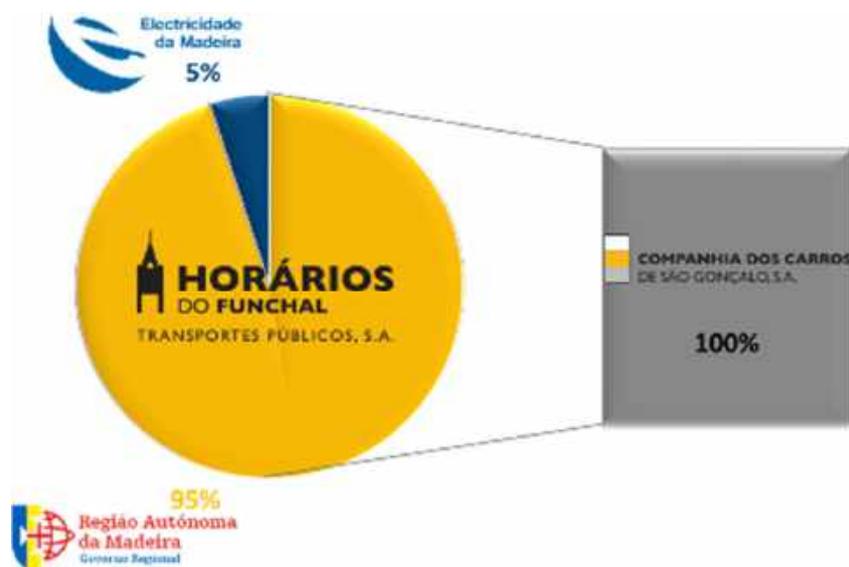


APRESENTAÇÃO E
ENQUADRAMENTO

APRESENTAÇÃO E ENQUADRAMENTO

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A., seguidamente referida por CCSG, é uma sociedade comercial por ações de natureza privada, de capitais públicos, tem como atividade o transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana, e, no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

O Capital Social, integralmente subscrito e realizado, é de 5.000.000,00 euros, e, é detido, na totalidade, pela empresa Horários do Funchal-Transportes Públicos, S.A. (HF). Esta sociedade, comercial por ações, igualmente de natureza privada e composta por agregação de capitais públicos, dedica-se à exploração, no concelho do Funchal, em regime de exclusividade, de um serviço público de transporte, urbano e local, por autocarro, sendo seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira e a Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. detendo, respetivamente 95% e 5% do capital social, integralmente realizado, de 17.852.360,00 euros.



ORGÃOS SOCIAIS

ORGÃOS SOCIAIS	
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL	
Presidente	António José Jardim Faria
Secretário	António Manuel Pita Rentróia
Secretário	Gabriel de Lima Farinha
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente	Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves
Vogal	Susana Maria Florença Pinto Correia
Vogal	Duarte Leovigildo de Faria Sousa
FISCAL ÚNICO	
BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	
representado por Dr.º António José Correia de Pina Fonseca ROC nº 949	

VISÃO

“Ser a melhor empresa de transportes públicos interurbanos de passageiros do País na Mobilidade, na Rentabilidade e nos Recursos Humanos.”

MISSÃO

“Prestar o melhor serviço de mobilidade às pessoas, com qualidade e pontualidade, na sua área de atuação”.

VALORES

Criar um ambiente de valorização e desenvolvimento profissional, onde a cada colaborador lhe seja dado a oportunidade de explorar a sua criatividade e experiência pessoal, com o objetivo de criar valor às atividades do dia-a-dia, contribuindo assim para a melhoria contínua dos processos de inovação da CCSG.

INOVAÇÃO

Agir com iniciativa e inovação para acrescentar valor aos serviços de transporte público coletivo de passageiros de âmbito local, e regional, afirmando-se como alternativa ao transporte individual.

Incentivar a procura, e, partilhar o conhecimento com o objetivo de desenvolver soluções que envolvam a experiência e resultados na área da mobilidade, tanto tecnologicamente como a nível organizacional.

Participação ativa de todos com quem trabalhamos, nos projetos de investigação e desenvolvimento, nas áreas das tecnologias de informação, em iniciativas nacionais e internacionais e que para isso, contamos com o conhecimento e experiência de mais de 30 anos dos nossos colaboradores altamente qualificados, de modo a permitir oferecer e adotar soluções à altura dos desafios impostos pelos nossos clientes.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

É preocupação da CCSG, incentivar e responder às necessidades em mobilidade, com cariz social, económico e ambiental, promovendo e protegendo o direito ao trabalho, quer em matéria profissional quer familiar. Defendendo a igualdade no trabalho e no emprego e garantindo o bem-estar dos seus colaboradores tanto em direitos humanos como em igualdade de oportunidades.

Garantir a transparência, isenção e rigor nos negócios e na informação prestada a todos os intervenientes desde fornecedores, clientes, instituições financeiras e colaboradores.

Adotar e promover procedimentos ambientais em todas as áreas onde somos socialmente responsáveis.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

Mudar e melhorar os serviços com o objetivo de aumentar a produtividade e a competitividade da CCSG.

PRINCÍPIOS E VALORES

A CCSG tem como princípios da sua missão, o desenvolvimento sustentável, os valores e compromissos do Pacto Mundial das Nações Unidas, nomeadamente:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Conduta ética;
- Cumprimento da lei e da outra regulamentação aplicável à atividade;
- Respeito pelas convenções e declarações reconhecidas internacionalmente;
- Respeito pelas partes interessadas;
- Responsabilização;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Integração dos aspetos da responsabilidade social no sistema de gestão integrado;
- Atuação com transparência em todas as relações internas e externas.

A CCSG, na sua atividade, tem como valores:

- Excelência;
- Qualidade;
- Inovação;
- Rigor;
- Sustentabilidade.

Os valores pelos quais a Empresa se pauta, encontram-se consagrados no Código de Ética da empresa mãe, Horários do Funchal, S.A, constituindo uma referência fundamental para o desempenho da Empresa e dos seus colaboradores, bem como para o seu relacionamento social, institucional e ambiental.

DEVERES DOS PASSAGEIROS (*)

A colaboração dos clientes e o cumprimento dos seus deveres são essenciais para que a qualidade do serviço, a que a Empresa se propõe, seja alcançada. Por esse motivo, estão impedidos, designadamente, de:

- a) Viajar sem título de transporte válido;

- b)** Recusar apresentar aos agentes de fiscalização ou aos motoristas o seu título de transporte, sempre que solicitado;
- c)** Utilizar título de transporte que não lhe pertença;
- d)** Entrar ou sair do autocarro fora das paragens;
- e)** Ocupar os lugares reservados a pessoas com mobilidade reduzida, grávidas e pessoas com crianças de colo, exceto se os mesmos não forem manifestamente necessários para o efeito;
- f)** Projetar para o exterior do veículo quaisquer objetos;
- g)** Subtrair, ou desviar os acessórios de segurança, como o martelo de emergência, cintos, autocolantes e outros, fixados na carroçaria, do fim a que se destinam;
- h)** Colocar nos locais, para tal reservados, volumes que, pelo seu conteúdo, natureza ou forma, possam cair ou perturbar os outros passageiros em caso de choque, paragem brusca ou outras causas;
- i)** Colocar volumes pesados ou sujos sobre os bancos ou apoiar os pés sobre os mesmos;
- j)** Desrespeitar a sinalética no interior do autocarro;
- k)** Desempenhar qualquer atividade, oferecer, ou promover, a prestação de qualquer serviço, próprio ou alheio, no interior dos autocarros, sem prévia autorização da CCSG;
- l)** Fazer peditórios, organizar coletas, recolher assinaturas ou realizar inquéritos sem autorização da CCSG;
- m)** Transportar animais de companhia ou de assistência em violação das condições estabelecidas na lei e nas presentes Condições Gerais;
- n)** Pendurar-se em qualquer dos acessórios do autocarro;
- o)** Proceder a qualquer espécie de publicidade e distribuir ou afixar cartazes, panfletos ou outras publicações sem autorização da CCSG;
- p)** Transportar armas, salvo se estiverem devidamente acondicionadas nos termos da legislação aplicável, ou tratando-se de agentes de autoridade;
- q)** Transportar matérias explosivas, incluindo material pirotécnico, substâncias facilmente inflamáveis, corrosivas ou radioativas;
- r)** Transportar volumes que, pela sua natureza, forma, dimensão ou cheiro, possam causar incómodo aos outros passageiros ou danificar o material circulante;
- s)** Utilizar aparelhos sonoros ou fazer barulho de forma a incomodar os outros passageiros;
- t)** Praticar atos ou proferir expressões que perturbem a boa ordem dos serviços ou incomodem os outros passageiros;
- u)** Entrar nos autocarros quando a lotação estiver esgotada;

- v) Viajar em condições de manifesta falta de higiene ou sob influência do álcool ou substâncias psicotrópicas;
- w) Fumar ou usar cigarros eletrônicos;
- x) Ingerir bebidas e/ou consumir alimentos a bordo.

DIREITOS DOS PASSAGEIROS (*)

Os passageiros têm os direitos constantes da legislação que estiver em vigor, cujos aspetos mais relevantes se encontram refletidos nos compromissos assumidos pela CCSG, através do cumprimento das condições de transporte em vigor, nomeadamente:

- a) Direito ao transporte: prestação do serviço de transporte com segurança e qualidade;
- b) Direito à não discriminação dos passageiros: no que se refere às condições de transporte oferecidas pela CCSG;
- c) Direito à assistência: assistência a todos os passageiros, sempre que tal se justifique, nomeadamente às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, inclusive as mulheres grávidas, idosos e pessoas com crianças, assim como, condições de acessibilidade nos autocarros;
- d) Direito à informação: informações claras e corretas sobre o serviço prestado, em situações normais ou de perturbação do serviço;
- e) Direito a reembolso do título de transporte: nos casos de cancelamento ou atraso à partida superior a 90 minutos, por questões imputáveis à CCSG, nos termos legais e definidos nas presentes Condições Gerais;
- f) Direito a indemnização: nos termos legais, designadamente, por danos patrimoniais e não patrimoniais, devidamente comprovados;
- g) Apresentar reclamações e a obter a respetiva resposta: nos termos da legislação em vigor.

(*) Teve por base o Regulamento UE Nº 181/2011, respeitante aos direitos dos passageiros no transporte de autocarro e o Decreto-Lei nº 9/2015, de 15 de janeiro, na sua versão atualizada, que regula as obrigações da Empresa e dos passageiros, assim como, os direitos destes últimos e cria um regime sancionatório contraordenacional pelo incumprimento das obrigações.



INDICADORES
RELEVANTES

INDICADORES RELEVANTES

2020	Varição 2020/2019
Passageiros Transportados	
<p>791.456</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>Interurbanos 743.630</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Alugueres 47.826</p> </div> </div>	<p>- 46,3%</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>Interurbanos - 32,3%</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Alugueres - 87,2%</p> </div> </div>
Km de Serviço	
<p>1.443.256</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>Interurbanos 1.387.729</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Alugueres 55.527</p> </div> </div>	<p>- 16,1%</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>Interurbanos - 7,7%</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Alugueres - 74,4%</p> </div> </div>
Colaboradores	
<p>66</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>Exploração 64</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Administrativos 2</p> </div> </div>	<p>- 3</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>Exploração - 3</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Administrativos 0</p> </div> </div>
Volume de Negócios (€)	
<div style="text-align: center;">  <p>1.242.330</p> </div>	<p>- 50,8%</p>
EBITDA (€)	
<div style="text-align: center;">  <p>- 663.585</p> </div>	<p>- 107,1%</p>

2020	Variação 2020/2019	
	Absoluta	%
INDICADORES OPERACIONAIS		
Nº de Viaturas	80	- 8 - 9,1%
Passageiros Transportados	791.456	- 681.265 - 46,3%
Total de Km	1.443.256	- 276.853 - 16,1%
Total de Viagens + Serviços	52.976	- 6.604 - 11,1%
RECURSOS HUMANOS		
Exploração	64	- 3 - 4,5%
Administrativos	2	0 0,0%
Nº de Efetivos	66	- 3 - 4,3%
Exploração / Viatura	0,80	+ 0,04 + 5,1%
Efetivos / Viatura	0,83	+ 0,04 + 5,2%
ESTRUTURA ACIONISTA		
Total do Capital Social (€)	5.000.000	0 0,0%
Capital Social detido pela HF (%)	100	0 p.p. 0,0%
SITUAÇÃO PATRIMONIAL		
Ativo não Corrente (€)	1.927.456	- 73.007 - 3,6%
Ativo Corrente (€)	1.317.664	+ 6.585 + 0,5%
Total do Ativo (€)	3.245.120	- 66.422 - 2,0%
Capital Próprio (€)	1.469.823	- 826.804 - 36,0%
Passivo não Corrente (€)	0	0 n.a.
Passivo Corrente (€)	1.775.297	+ 760.382 + 74,9%
Total do Passivo (€)	1.775.297	+ 760.382 + 74,9%
INDICADORES FINANCEIROS		
Volume de Negócios (€)	1.242.330	- 1.280.846 - 50,8%
EBITDA (€)	-663.585	- 343.109 - 107,1%
EBIT (€)	-826.799	- 340.009 - 69,8%
Resultado Líquido (€)	-826.804	- 339.983 - 69,8%
Rendimentos Operacionais (€) [1]	2.938.320	- 785.972 - 21,1%
Gastos Operacionais (€) [2]	3.763.823	- 417.252 - 10,0%
Taxa de Cobertura (%) [1]/[2]	78,07	- 11,00 p.p. - 12,3%
INDICADORES FINANCEIROS		
Solvabilidade	0,83	- 1,43 - 63,4%
Autonomia Financeira	0,45	- 0,24 - 34,4%
Capacidade de Endividamento	1,00	0,00 0,0%
Liquidez Geral	0,74	- 0,55 - 42,5%

[1] inclui Volume de Negócios e Subsídios à Exploração

[2] inclui CMVMC, Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal e Amortizações
p.p - pontos percentuais; n.a. - não aplicável.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR KM PERCORRIDO	Serviço Interurbano			Serviço de Alugueres		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Custos e Perdas						
Custos Exploração / Km	2,42	2,17	2,02	7,25	4,22	3,82
Outros Custos / Km	0,02	0,02	0,01	0,14	0,13	0,02
Total de Custos / Km	2,44	2,19	2,03	7,39	4,35	3,84
Proveitos e Ganhos						
Proveitos de Exploração / Km	2,05	2,10	2,07	1,56	2,60	2,78
Outros Proveitos / Km	0,01	0,01	0,02	0,07	0,01	0,07
Total de Proveitos / Km	2,06	2,11	2,09	1,63	2,61	2,85
Resultado Líquido / km	-0,38	-0,08	0,06	-5,76	-1,74	-0,99

Valores em euros.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR PASSAGEIRO TRANSPORTADO	Serviço Interurbano			Serviço de Alugueres		
	2020	2019	2018	2020	2019	2018
Custos e Perdas						
Custos Exploração / Passageiro	4,51	2,97	2,73	8,42	2,45	2,26
Outros Custos / Passageiro	0,03	0,02	0,01	0,16	0,07	0,01
Total de Custos / Passageiro	4,54	2,99	2,74	8,58	2,52	2,27
Proveitos e Ganhos						
Proveitos de Exploração / Passageiro	3,83	2,88	2,80	1,81	1,51	1,65
Outros Proveitos / Passageiro	0,02	0,01	0,03	0,08	0,00	0,04
Total de Proveitos / Passageiro	3,85	2,89	2,83	1,89	1,51	1,69
Resultado Líquido / Passageiro	-0,69	-0,11	0,09	-6,69	-1,01	-0,58

Valores em euros.



01

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. RELATÓRIO DE GESTÃO

Em conformidade com as disposições legais aplicáveis, vem o Conselho de Administração da sociedade Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. (CCSG), submeter à acionista a apreciação e aprovação do Relatório e Contas respeitante à atividade desenvolvida no exercício findo, em 31 de dezembro de 2020.

1.1. Enquadramento Económico-financeiro

O ano de 2020 foi fortemente condicionado pelas adversidades económicas, financeiras e sociais provocadas pela pandemia e pelas medidas de combate e controlo na nossa Região.

A queda da atividade económica na Região em consequência da pandemia, é evidenciada pelas quebras verificadas em grande parte dos indicadores económicos e traduzida igualmente pelo desempenho do Indicador Regional de Atividade Económica, que manteve a tendência de queda, ainda que menos acentuada do que o previsto.

Em termos de média anual, em 2020, a taxa de desemprego na RAM foi estimada em 7,9%, apenas mais 0,9 pontos percentuais que em 2019 (7,0%). Isto só foi possível devido às grandes medidas de combate ao desemprego criadas e implementadas pelo Governo Regional da Madeira.

Em 2020, a variação média registada pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) nos últimos doze meses, foi de -1,4%, inferior em 1,2 pontos percentuais ao registado no ano anterior, e inferior à média nacional onde o IPC registou uma taxa de variação média nula em 2020 (+0,3% em 2019).

No que diz respeito ao Turismo, setor *core* da RAM, em termos acumulados, o ano de 2020 totalizou apenas a entrada de 494 mil hóspedes e 2,8 milhões de dormidas, com quebras acentuadas de 64,3% e 66,1%, respetivamente. No que toca ao turismo de cruzeiro, este continua muito condicionado, não se prevendo ainda a data para a abertura total aos navios de cruzeiro, fundamentais para a nossa economia e, também, para o nosso *core* business dado que muitos destes turistas utilizam os nossos autocarros para circularem pela ilha.

Atendendo que a economia da Madeira depende, em grande parte, do setor do turismo, pois este representa, cerca de 26% do PIB regional, a atividade da CCSG, neste segmento, é, contribuir para a eficiente mobilidade de todos os que procuram o destino Madeira, proporcionando um serviço de excelência.

1.2. Atividade

A CCSG, em 2020, perante esta nova realidade económica, financeira e social da Região Autónoma da Madeira, derivada da pandemia que teve o seu início em meados de março, teve que ajustar a sua atividade juntamente com um plano estratégico de gestão, que permitisse a redução de custos.

Toda a sua atividade teve que ser revista tanto nos gastos com a contratação de bens e serviços, nos gastos com o pessoal, bem como na gestão operacional da exploração dos seus serviços, adaptando a oferta à procura.

Para agudizar ainda mais a situação da empresa, a introdução do PARTRAM, Programa de Apoio à Redução Tarifária da Região Autónoma da Madeira nos transportes públicos, por via do Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2019, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 26/2018/M, de 31 de dezembro, que estabeleceu, no seu artigo n.º 62º, que se consubstancia, em termos gerais, na imposição de um limite de 40 euros para os passes sociais interurbanos e gratuidade para crianças até aos 12 anos, esta não surtiu o impacto desejado nas vendas, nem no número de passageiros transportados.

Outra das medidas vertidas no plano estratégico de gestão, por forma a equilibrar a tesouraria da empresa, foi o adiantamento do pagamento das Indemnizações Compensatórias dos meses de outubro, novembro e dezembro para os meses de maio, junho e julho, que resultou no 4º Aditamento ao Contrato de Serviço Público.

Mas o problema estrutural da zona interurbana abrangido pela CCSG mantém-se, fraco rendimento das famílias, pouca criação de emprego, população está cada vez mais envelhecida devido à baixa taxa de natalidade. Aliado a estes fatores, continua a existir emigração, que acentua ainda mais a desertificação das zonas rurais, repercutindo-se no decréscimo da mobilidade das pessoas.

Tal como mencionado na Nota de Abertura, no final do ano foi também assinado um Contrato Programa com a Região Autónoma da Madeira, para a atribuição de apoio no âmbito da quebra de receitas e aumento da despesa, resultantes dos efeitos decorrentes da pandemia Covid-19, no montante de €457.154,2.

Considerando o acima exposto, os resultados de exploração e financeiros foram negativos, com uma redução do volume de negócios na ordem do 50,8%, e um Resultado Líquido negativo no valor de €826.803,55.

(Esta página foi deixada em branco propositadamente.)



02

EXPLORAÇÃO

2. EXPLORAÇÃO



791.456
Passageiros



1.148
Paragens



52.976
Viagens e
Serviços de
Aluguer



34.240
Passageiros
Fiscalizados



1.443.256
Km
Percorridos



232,6 km
Extensão
da Rede

2.1. Oferta

2.1.1. Serviço Interurbano

No seguimento do panorama pandémico que se vive desde meados do mês de março, e das medidas de mitigação tomadas pelo Governo Regional da Madeira mencionadas anteriormente, as quebras verificadas nos indicadores dos serviços prestados pela CCSG são mais do que justificáveis.

Constatou-se uma variação negativa do número de viagens de 4.285 (-7,6%), mas que acabaram por não implicar variações relevantes nas taxas de cumprimento (-1,2%) e pontualidade. Com o menor número de viagens, foram percorridos menos 115.588 quilómetros (-7,7%), que no ano de 2019. Quanto à lotação média, a quebra de 12 lugares (-20,3%) é fruto das limitações impostas pelo GRM ao longo do ano.

Quadro 1 - Oferta Serviço Interurbano

OFERTA INTERURBANA	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Viagens Previstas [1]	52.670	56.335	56.400	- 3.665	- 6,5%
Viagens Realizadas [2]	52.023	56.308	56.389	- 4.285	- 7,6%
Taxa de Cumprimento [2]/[1] (%)	98,77	99,95	99,98	- 1,18 p.p.	- 1,2%
Viagens Pontuais [3]	52.012	56.301	56.376	- 4.289	- 7,6%
Taxa de Pontualidade [3]/[2] (%)	99,98	99,99	99,98	- 0,01 p.p.	- 0,1%
Quilómetros úteis [4] (km)	1.276.373	1.374.152	1.375.999	- 97.779	- 7,1%
Quilómetros em vazio [5] (km)	111.356	129.165	127.412	- 17.809	- 13,8%
Total de quilómetros [6] (km)	1.387.729	1.503.317	1.503.411	- 115.588	- 7,7%
Quilómetros úteis [4]/[6] (%)	91,98	91,41	91,53	+ 0,57 p.p.	+ 0,6%
Quilómetros em vazio [5]/[6] (%)	8,02	8,59	8,47	- 0,57 p.p.	- 6,6%
Lotação Média	47	59	59	- 12	- 20,3%
LKO	59.989.531	81.074.997	81.183.960	- 21.085.466	- 26,0%

LKO - lugares por quilómetro oferecidos; p.p. - pontos percentuais.

2.1.2. Serviço de Alugueres

A atividade comercial de aluguer de viaturas pesadas com condutor foi a mais afetada pela pandemia, devido à suspensão dos transportes no setor do turismo, das atividades e eventos coletivos de âmbito regional que foram cancelados. As variações são elevadas, como podemos ver no quadro 2, das quais se destacam as quebras, face a 2019, do número de serviços em 2.319 (-70,9%) e dos quilómetros percorridos em 161.265 (-74,4%).

Quadro 2 - Oferta Serviço de Alugueres

OFERTA ALUGUERES	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Serviços Realizados	953	3.272	3.754	- 2.319	- 70,9%
Quilómetros úteis [1] (km)	45.456	180.411	200.369	- 134.955	- 74,8%
Quilómetros em vazio [2] (km)	10.071	36.381	39.877	- 26.310	- 72,3%
Total de quilómetros [3] (km)	55.527	216.792	240.246	- 161.265	- 74,4%
Quilómetros úteis [1]/[3] (%)	81,86	83,22	83,40	- 1,36 p.p.	- 1,6%
Quilómetros em vazio [2]/[3] (%)	18,14	16,78	16,60	+ 1,36 p.p.	+ 8,1%
Lotação Média	38	50	49	- 12	- 23,5%
LKO	1.727.328	8.959.552	9.905.709	- 7.232.224	- 80,7%

LKO - lugares por quilómetro oferecidos; p.p. - pontos percentuais.

2.2. Procura

2.2.1. Serviço Interurbano

No que diz respeito à procura pelo serviço interurbano da CCSG e considerando as restrições à circulação da população, o encerramento de estabelecimentos de ensino e comerciais e as demais medidas implementadas, repercutiram-se numa quebra acentuada do número de passageiros transportados de 354.990 (-32,3%).

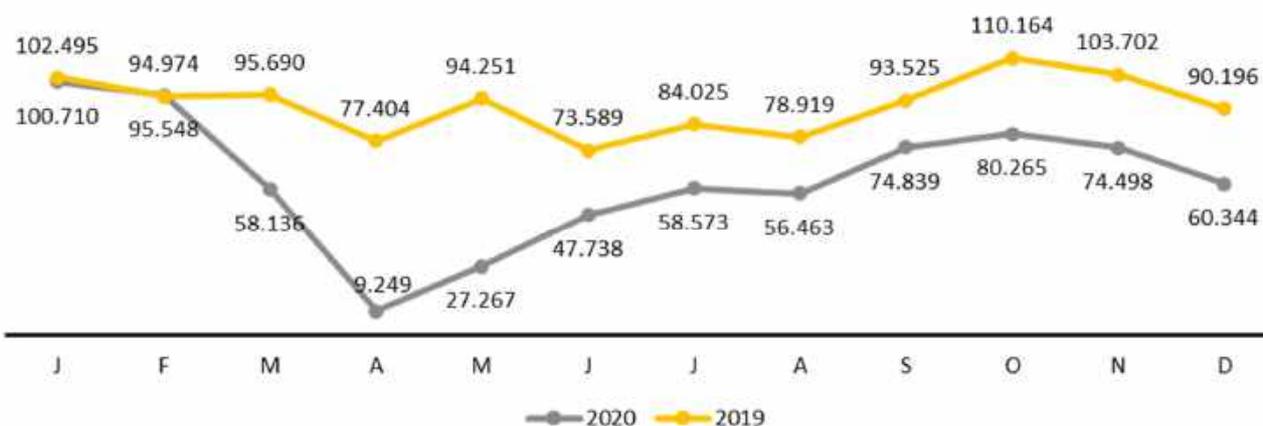
Quadro 3 - Procura Serviço Interurbano

PROCURA INTERURBANA	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Passageiros	743.630	1.098.620	1.115.037	- 354.990	- 32,3%
Percurso médio p/ passageiro (km)	18,64	18,64	18,64	0,00	0,0%
PKT	13.861.263	20.478.277	20.784.290	- 6.617.014	- 32,3%
Taxa de ocupação (%)	23,11	25,26	25,60	- 2,15 p.p.	- 8,7%
Receita (€)	1.157.843	1.938.655	2.393.770	- 780.812	- 40,3%
Receita/Vkm (€)	0,83	1,29	1,59	- 0,46	- 35,3%

PKT - passageiros por quilómetro transportados; p.p. - pontos percentuais.

Para uma análise mais detalhada, no gráfico 1 podemos observar a distribuição mensal dos passageiros onde se destaca claramente a diferença no ano 2020 face ao ano anterior, principalmente, a partir do mês de março, que coincide com o início da pandemia.

Gráfico 1 - Passageiros transportados no Serviço Interurbano



2.2.2. Serviço de Alugueres

Tal como verificado nos indicadores de oferta, as quebras nos indicadores de procura no serviço de alugueres são significativas, verificando-se uma variação negativa de 326.275 passageiros (-87,2%) e na receita de 533.837 (-80,3%).

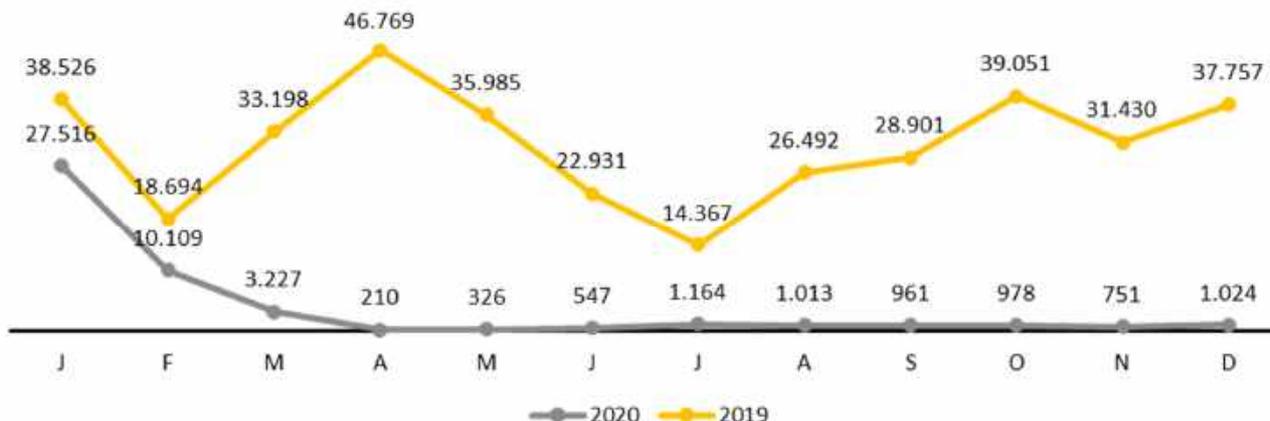
Quadro 4 - Procura Serviço de Alugueres

PROCURA ALUGUERES	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Passageiros	47.826	374.101	405.852	- 326.275	- 87,2%
Percurso médio p/ passageiro (km)	28,70	19,66	19,69	+ 9	+ 46,0%
PKT	1.372.770	7.354.158	7.991.803	- 5.981.388	- 81,3%
Taxa de ocupação (%)	79,47	82,08	80,68	- 2,61 p.p.	- 3,2%
Receita (€)	130.770	664.607	732.981	- 533.837	- 80,3%
Receita/Vkm (€)	2,36	3,07	3,05	- 0,71	- 23,2%

PKT - passageiros/quilómetro transportados; p.p. - pontos percentuais.

Tal como fizemos na procura do serviço interurbano, apresentamos no gráfico infra, o número de passageiros transportados por mês, mas ao contrário do serviço regular de carreiras não se verificou qualquer recuperação no segundo semestre.

Gráfico 2 - Passageiros transportados no Serviço de Alugueres



2.3. Paragens

A rede de paragens não sofreu qualquer alteração, mantendo-se o número de paragens em 1.148. Não obstante, foi mantido o serviço de manutenção da rede, durante todo o ano, para que seja possível prestar um serviço de qualidade e segurança.

2.4. Fiscalização

As atividades de fiscalização decorreram dentro do espectável, apesar de condicionadas pela pandemia, quer pela redução de passageiros, quer pela parte do corpo de fiscais, que desempenharam outras funções, nomeadamente a medição diária de temperatura aos restantes colaboradores, na Portaria, Estação Camacha e CT1. Isto acabou por influenciar os indicadores onde foram alvos de fiscalização 34.240 passageiros, menos 30.018 (-46,7%) que no ano de 2019, tendo sido reportados 4 em situações de fraude, o mesmo número que no ano anterior.

Quadro 5 - Fiscalização

FISCALIZAÇÃO	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Viagens Fiscalizadas	4.115	7.306	2.793	- 3.191	- 43,7%
% de Viagens Fiscalizadas	7,91	12,98	4,95	- 5,07 p.p.	- 39,0%
Passageiros Fiscalizados	34.240	64.258	31.262	- 30.018	- 46,7%
% de Passageiros Fiscalizados	4,60	5,85	2,80	- 1,24 p.p.	- 21,3%
Fraudes	4	4	0	0	0,0%
% de Fraudes	0,01	0,01	0,00	0,00 p.p.	0,0%

p.p. - pontos percentuais.



03

RECURSOS HUMANOS

3. RECURSOS HUMANOS



66
Colaboradores



2,3%
Taxa de
Turnover



5,72%
Taxa de
Absentismo



3
Acidentes de
Trabalho



597
Horas de
Formação



83
Sinistros

3.1. Efetivo

No final de 2020, a CCSG totalizava 66 colaboradores, menos 3 que no ano anterior, conforme podemos observar no quadro 6. Do total de colaboradores, o número de motoristas correspondia a 92% de todo o efetivo.

Quadro 6 - Efetivo

EFETIVO	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Administrativos	2	2	2	0	0,0%
Chefias	1	1	1	0	0,0%
Outros	1	1	1	0	0,0%
Exploração	64	67	66	- 3	- 4,5%
Motoristas	61	64	63	- 3	- 4,7%
Formador	1	1	1	0	0,0%
Expedidor	2	2	2	0	0,0%
Total	66	69	68	- 3	- 4,3%

No decorrer do ano, registaram-se 3 saídas de motoristas, sendo uma por transferência para a empresa mãe, uma por situação de reforma e uma por falecimento.

Quadro 7 - Movimentações

MOVIMENTAÇÕES	Entradas	Transferências	Reformas	Falecimento	Outros
Motoristas	0	1	1	1	0
Outros	0	0	0	0	0
TOTAL	0	1	1	1	0

Relativamente aos indicadores de movimentações de Recursos Humanos, verificam-se os valores de 0% e 2,3% das taxas de Reposição e Turnover, respetivamente. A primeira, que avalia a reposição da saída de colaboradores, deve-se ao facto de não ter sido contratado nenhum colaborador durante todo o ano de 2020. A segunda, representa a rotatividade do efetivo, que, para a CCSG foi reduzida, devido à satisfação da empresa com o trabalho desempenhado pelo atual capital humano.

Quadro 8 - Indicadores de Movimentação

INDICADORES	Entradas
Taxa de Reposição	0,0%
Taxa de Turnover	2,3%

3.2. Caracterização do Efetivo

Relativamente à caracterização do efetivo, como podemos observar nos gráficos à direita, verifica-se uma predominância nas faixas etárias dos 45 a 54 anos (48%) e dos 35 a 44 anos (30%), percentagens que praticamente não se alteram dado que não houve grandes movimentações dos recursos humanos.

Quanto à antiguidade, 73% dos colaboradores estão ao serviço da empresa há mais de 15 anos, o que demonstra uma rotatividade de colaboradores bastante reduzida, já demonstrada pela taxa de turnover.

A nível de habilitações académicas, 27% dos colaboradores tem o 3º ciclo de escolaridade, 47% dos colaboradores tem apenas o 2º ciclo, dividindo-se os restantes em 14% com o 1º ciclo e 12% com ensino secundário.

Gráfico 3 - Idade dos Colaboradores

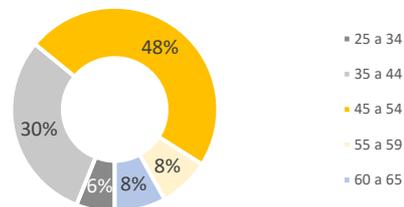


Gráfico 4 - Antiguidade

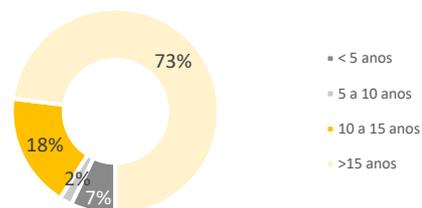
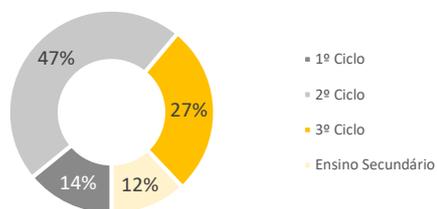


Gráfico 5 - Habilitações Académicas



3.3. Absentismo

Em 2020, com o desenrolar do contexto pandémico, a CCSG tomou precauções adicionais para combater a progressão da Covid-19, entre elas destaca-se a dispensa de alguns colaboradores por serem de risco, quer pela idade ou por alguma comorbilidade associada, contabilizando-se um total de 6.626 horas de trabalho perdidas relacionadas com a pandemia. Destas, 5.917 não foram consideradas como absentismo, por ser uma decisão da empresa.

Assim, e desconsiderando ainda as situações de baixa prolongada, a taxa de absentismo fixou-se em 5,72 %, o que representa um incremento face ao ano anterior de 1,93 pontos percentuais (+50,8%).

Se considerarmos as baixas prolongadas a taxa passa para 8,42%, menor em 1,58 pontos percentuais do que em relação do 2019.

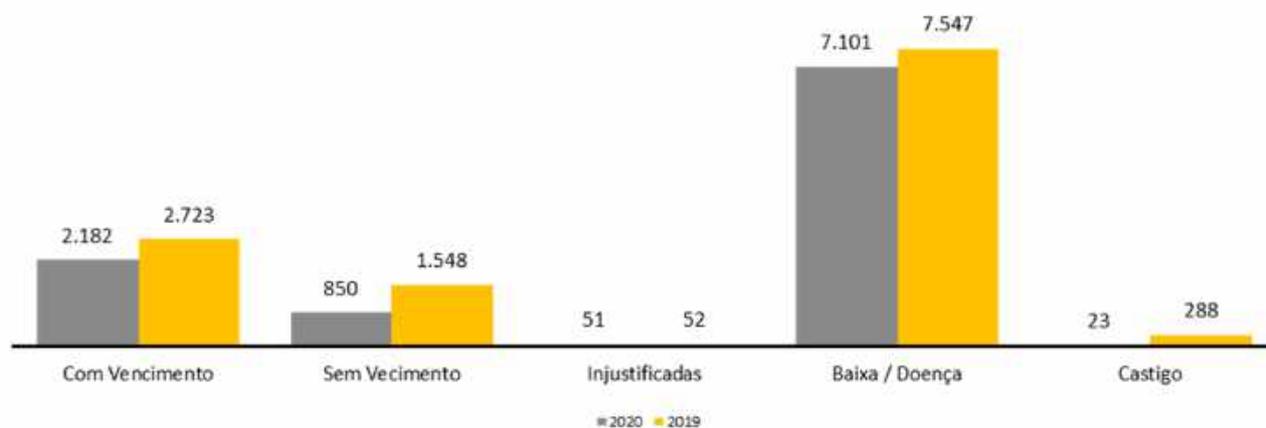
Quadro 9 - Absentismo

ABSENTISMO	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Horas de Absentismo	10.207	12.158	10.120	- 1.951	- 16,0%
Taxa de Absentismo Real (%)	8,42	10,01	8,08	- 1,58 p.p.	- 15,8%
Taxa de Absentismo excluindo baixas prolongadas (%)	5,72	3,80	2,92	+ 1,93 p.p.	+ 50,8%

p.p. - pontos percentuais.

O gráfico 6, classifica as horas de absentismo, onde se destaca claramente a rubrica Baixa/Doença.

Gráfico 6 - Classificação do Absentismo (em horas)



3.4. Trabalho Suplementar

Com as reduções a nível de oferta, principalmente do serviço de alugueres, a necessidade de recorrer a trabalho em regime suplementar foi bastante menor, somando apenas 8.846 horas extras, o que representa uma quebra de 13.436 horas (-60,1%), reduzindo assim a taxa de trabalho suplementar para 7,36%.

Quadro 10 - Trabalho Suplementar

TRABALHO SUPLEMENTAR	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Exploração	8.846	22.079	17.871	- 13.233	- 59,9%
Administrativos	75	277	272	- 203	- 73,1%
Total	8.920	22.356	18.143	- 13.436	- 60,1%
Taxa de Trabalho Suplementar (%)	7,36	18,40	14,48	-11,04 p.p.	- 60,0%

p.p. - pontos percentuais.

3.5. Gastos com o Pessoal

O valor da rubrica Gastos com o Pessoal sofreu uma variação negativa de €185.248 (-10,7%), face ao ano de 2019, sendo justificada essencialmente pela diminuição do trabalho suplementar.

Quadro 11 - Gastos com o Pessoal

GASTOS COM O PESSOAL	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Vencimento Base	666.714	645.425	627.186	+ 21.289	+ 3,3%
Trabalho Suplementar	82.599	241.911	192.613	- 159.312	- 65,9%
Total	1.541.033	1.726.281	1.515.509	- 185.248	- 10,7%

Valores em euros.

3.6. Formação

No decorrer do ano de 2020, a CCSG continuou a política de formação profissional dos seus colaboradores. Apesar do decréscimo do número de horas de formação em 240 horas (-28,7%), face a 2019, devido à pandemia, foi cumprido o Plano de Formação Profissional delineado no início de 2020, que contou com 8 cursos lecionados no âmbito da condução e certificação dos motoristas.

No entanto, é de realçar, que mesmo com as restrições houve um aumento do 33,3% nos cursos e 300% no número de formandos.

Quadro 12 - Formação Profissional

FORMAÇÃO	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Formação em CAM Contínuo	175	0	665	+ 175	n.a.
Tecnologias de informação	0	0	0	0	n.a.
Higiene e segurança no trabalho	0	32	8	- 32	- 100,0%
Prática/adaptação de viaturas	0	0	0	0	n.a.
Formação Inicial	0	679	640	- 679	- 100,0%
Formação técnica	62	6	16	+ 56	+ 933,3%
Recertificação TCC	360	0	0	+ 360	n.a.
Formação novas viaturas	0	0	0	0	n.a.
Rede Interurbana	0	120	0	- 120	- 100,0%
Total de Horas de Formação	597	837	1.329	- 240	- 28,7%
Nº de Cursos	8	6	6	+ 2	+ 33,3%
Nº de Formandos	84	21	30	+ 63	+ 300,0%

n.a. - não aplicável.

3.7. Saúde

Para que se garanta o bom estado de saúde dos colaboradores, agora mais que nunca, foram mantidos os exames médicos, tendo sido realizados 40 exames, todos periódicos, mais 1 que em 2019.

Quadro 13 - Saúde

SAÚDE	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Exames Médicos Periódicos	38	38	44	0	0,0%
Exames Médicos de Admissão	0	1	4	- 1	- 100,0%
Consultas pós doença	2	0	0	+ 2	n.a.
Total	40	39	48	+ 1	+ 2,6%

3.8. Acidentes de Trabalho

No que diz respeito à segurança no trabalho, registaram-se 3 acidentes, mais um que no ano anterior (+50%), o que se traduziu em 172 dias de trabalho perdidos, representando um incremento de 105 dias (+156,7%).

Tendo em conta que o número de horas trabalhadas foi menor, pelas razões já mencionadas, o agravamento dos índices do quadro 14, é justificável.

Quadro 14 - Acidentes de Trabalho

ACIDENTES DE TRABALHO	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Nº de Acidentes	3	2	2	+ 1	+ 50,0%
Dias Perdidos	172	67	13	+ 105	+ 156,7%
Trabalhadores	66	69	68	- 3	- 4,3%
Horas Trabalhadas	119.879	134.789	133.319	- 14.910	- 11,1%
Índice de Frequência	2,50	1,48	1,50	+ 1,02	+ 68,7%
Índice de Gravidade	143,48	49,71	9,75	+ 93,77	+ 188,6%
Índice de Avaliação de Gravidade	57,33	33,50	6,50	+ 23,83	+ 71,1%
Índice de Incidência	4,55	2,90	2,94	+ 1,65	+ 56,8%

Índice de Frequência: número de acidentes por 100.000 horas trabalhadas; Índice de Gravidade: número de dias perdidos por 100.000 horas trabalhadas; Índice de Avaliação de Gravidade: número médio de dias perdidos por acidente; Índice de Incidência: número de acidentes por 100 colaboradores; p.p. - pontos percentuais.

3.9. Testes de Alcoolemia

De modo a garantir uma condução segura e cautelosa, para o transporte dos nossos passageiros, são realizados regularmente testes de alcoolemia. Em 2020, dos 1.447 testes realizados, nenhum teve resultado positivo. Em termos comparativos com 2019, foram realizados mais 4 testes (+0,3%), o que representa um reforço ao número de testes por colaborador em 4,8%.

Quadro 15 - Testes de Alcoolemia

TESTES DE ALCOOLEMIA	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Testes Realizados	1.447	1.443	931	+ 4	+ 0,3%
Média Diária de Testes Realizados	4	4	3	0	0,0%
Testes por Colaborador	22	21	14	+ 1	+ 4,8%
Testes Positivos	0	0	2	0	n.a.
% de Positivos	0,00	0,00	0,21	0 p.p.	n.a.

p.p. – pontos percentuais; n.a. - não aplicável.

3.10. Sinistralidade

Considerando a redução da oferta dos serviços da CCSG, a sinistralidade apresentou uma quebra de 33 participações (-28,4%), onde se destaca o menor número de sinistros de danos próprios. Ainda assim, manteve-se praticamente inalterada a percentagem de acidentes com encargos para a CCSG. Relativamente à queda de passageiros, registaram-se 4 (+300%), mais 3 do que em 2019.

Quadro 16 - Sinistros

SINISTRALIDADE	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Danos Próprios	64	92	116	- 28	- 30,4%
Com Responsabilidade da CCSG	14	14	17	0	0,0%
Com Responsabilidade de Terceiros	5	6	6	- 1	- 16,7%
Com Responsabilidade partilhada	0	4	1	- 4	- 100,0%
Total de Sinistros	83	116	140	- 33	- 28,4%
% de Acidentes com encargos para a CCSG	93,98	92,24	95,71	+ 1,74 p.p.	+ 1,9%
Quedas	4	1	4	+ 3	+ 300,0%

p.p. - pontos percentuais; n.a. - não aplicável.

Os sinistros apresentados no quadro anterior, resultaram num custo de €10.756, mais €5.450 (102,7%) que no ano anterior. Já o montante recebido de terceiros e seguradoras totaliza €6.686, o que representa um incremento de €6.607 (8.365,5%).

Quadro 17 - Custo da Sinistralidade

SINISTRALIDADE	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Danos Próprios	4.284	2.534	21.175	+ 1.750	+ 69,1%
Responsabilidade da CCSG	6.471	2.772	55.858	+ 3.699	+ 133,5%
Total Pago	10.756	5.306	77.033	+ 5.450	+ 102,7%
Recebido de terceiros	6.114	79	2.651	+ 6.035	+ 7.638,9%
Imobilização	572	0	1.660	+ 572	n.a.
Total Recebido	6.686	79	4.311	+ 6.607	+ 8.363,5%
Participados Seguradora	17	23	22	- 6	- 26,1%
Indemnizações Pagas	0	9.722	26.135	- 9.722	- 100,0%

Valores em euros.

(Esta página foi deixada em branco propositadamente.)



04

MANUTENÇÃO

4. MANUTENÇÃO



2.429
Obras



18,64%
Taxa de
Imobilização



€770.197
Manutenção



€690.285
Combustível



57,97
Consumo
(L/100km)



266
Revisões
Preventivas

Neste ano de 2020, a empresa teve de se adaptar à nova realidade devido à Covid-19, a frota da interurbana foi totalmente equipada com proteções para os motoristas e foram construídos suportes para desinfetante à entrada das viaturas.

Houve a necessidade de fazer ajustes em alguns postos de condução, de modo a conciliar com o novo equipamento de venda a bordo.

A existência de 18 modelos de autocarros diferentes na frota de CCSG, origina um grande investimento de mão de obra e de materiais nas instalações e adaptações do posto de condução.

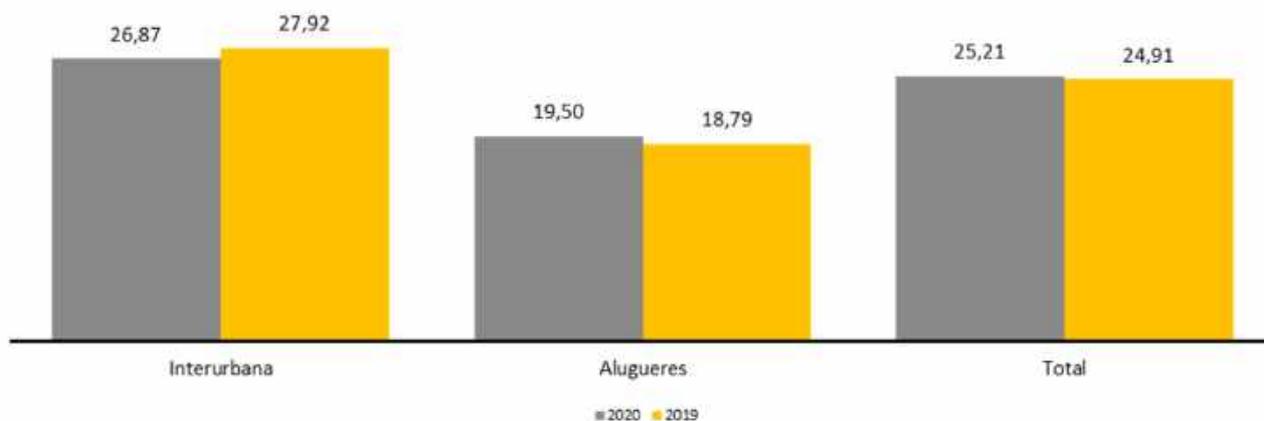
Estas alterações, provocaram um aumento de custos gerais em toda a frota, em conjunto com a idade média da frota e a fiabilidade de alguns modelos de autocarros, é também responsável pelos custos e imobilização elevados.

O Plano de Manutenção Preventiva e Curativa, deslocações ao CIMAD para as inspeções aos autocarros, realização de intervenções mais profundas nas viaturas, foi cumprido.

Tendo em conta, a transferência de 11 viaturas do serviço de alugueres para o serviço interurbano, no início de 2020 e o abate de 8 viaturas interurbanas no mês de julho, uma vez que o seu estado não justificava a sua reparação, a comparação dos indicadores de manutenção, por frota, com o período homólogo não é a mais correta. Por isso, na análise da manutenção da frota estão presentes os indicadores de cada serviço, mas a análise mais detalhada será sobre a frota total.

A transferência e o abate de viaturas provocaram alterações na idade média da frota, diminuindo para 26,87 anos na frota interurbana e aumentado para os 19,5 na fora de alugueres.

Gráfico 7 - Idade média da frota



4.1. Frota total

Conforme se observa no quadro 18, a frota da CCSG tem menos 8 viaturas do que em 2019. Além do menor número de autocarros, as quebras do consumo de combustível e dos gastos de manutenção é causado pela redução de oferta nos serviços da empresa em 17,8% dos quilómetros. As variações negativas são de €241.330 (-25,9%) e €17.923 (-2%) respetivamente.

Em adição à manutenção da frota, foram incluídos os gastos gerais oficiais, que incluem os gastos que não são atribuídos a nenhuma viatura em específico por se tratar de produtos indivisíveis. Esta rubrica sofreu um incremento exponencial de €73.662 (+194,6%), que se deve, essencialmente, às medidas mitigadoras da pandemia, nomeadamente a colocação de divisórias acrílicas e dispensadores de álcool gel nos autocarros, de modo a prevenir uma possível disseminação do vírus, entre utilizadores e motoristas. Por este motivo, a redução dos custos de manutenção não foi maior, e anulou a quebra dos custos de manutenção com a frota de 10,6%.

Quadro 18 - Manutenção da Frota Total

FROTA TOTAL	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Viaturas	80	88	88	- 8	- 9,1%
Quilómetros Percorridos	1.448.092	1.762.559	1.758.765	- 314.467	- 17,8%
Gasóleo (€)	690.285	931.615	919.598	- 241.330	- 25,9%
Manutenção Frotas (€)	770.197	861.782	878.120	- 91.585	- 10,6%
Manutenção Gastos Gerais (€)	111.523	37.861	35.831	+ 73.662	+ 194,6%
Manutenção Total (€)	881.720	899.643	913.951	- 17.923	- 2,0%
Custo Total (€)	1.572.005	1.831.258	1.833.549	- 259.253	- 14,2%

De seguida, estão apresentados alguns gráficos que apresentam alguns dos indicadores de manutenção.

No primeiro, vemos claramente as variações na quilometragem e nos consumos. No segundo, verificamos o aumento do custo por quilómetro e a redução do consumo médio. Finalmente, no terceiro, avaliam-se as taxas de imobilização.

Gráfico 8 - Quilometragem e Consumos

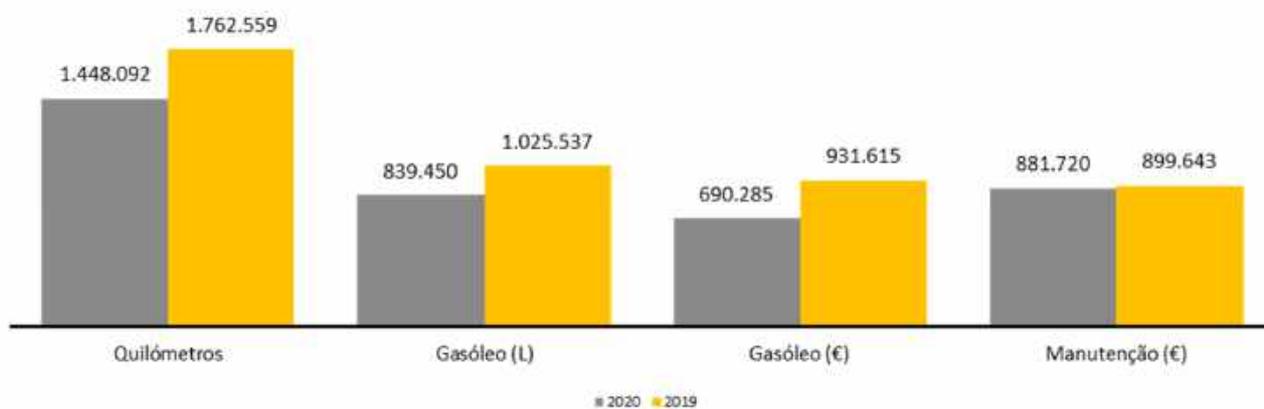


Gráfico 9 - Custo/Km e Consumo de Combustível

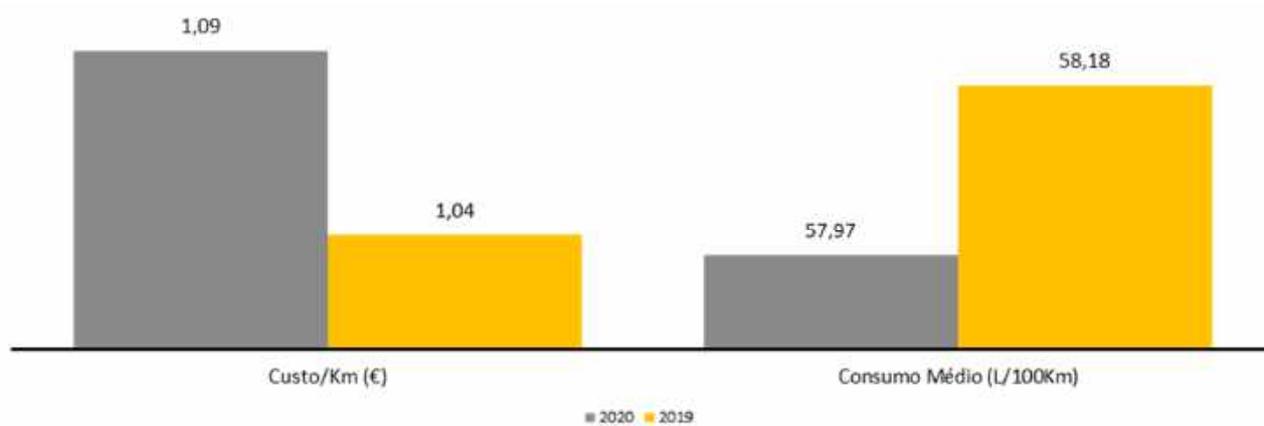


Gráfico 10 - Taxas de Imobilização por motivo (em %)



4.2. Frota por Serviços

Conforme referido, a análise dos indicadores de manutenção por frota não será aprofundada. De qualquer forma, nos quadros seguintes podemos destacar as variações negativas nos quilómetros percorridos que tem repercussões nos custos totais , 75.538 km (-5,1%) na frota interurbana e de 238.929 km (-89,1%) na frota direcionada ao turismo devido à pandemia.

Quadro 19 - Manutenção Frota Interurbana

FROTA INTERURBANA	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Viaturas	62	59	59	+ 3	+ 5,1%
Quilómetros Percorridos	1.418.858	1.494.396	1.494.984	- 75.538	- 5,1%
Consumo Médio (L/100Km)	57,92	59,27	58,91	- 1,35	- 2,3%
Gasóleo (€)	675.076	804.227	798.659	- 129.151	- 16,1%
Manutenção (€)	725.454	684.224	718.202	+ 41.230	+ 6,0%
Custo Total (€)	1.400.530	1.488.451	1.516.861	- 87.921	- 5,9%
Custo/Km (€)	0,99	1,00	1,01	- 0,01	- 0,9%
Revisões	253	210	234	+ 43	+ 20,5%
Inspeções	89	97	101	- 8	- 8,2%
Dias a Aguardar Peças	1.078	628	895	+ 450	+ 71,7%
Taxa de Imobilização (%)	19,61	24,18	22,44	- 4,57 p.p.	- 18,9%

p.p. - pontos percentuais.

Quadro 20 - Manutenção Frota de Alugueres

FROTA ALUGUERES	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Viaturas	18	29	29	- 11	- 37,9%
Quilómetros Percorridos	29.234	268.163	263.781	- 238.929	- 89,1%
Consumo Médio (L/100Km)	60,24	52,14	50,68	+ 8,10	+ 15,5%
Gasóleo (€)	15.208	127.387	120.939	- 112.179	- 88,1%
Manutenção (€)	44.743	215.419	195.749	- 170.676	- 79,2%
Custo Total (€)	59.951	342.807	316.689	- 282.856	- 82,5%
Custo/Km (€)	2,05	1,28	1,20	+ 0,77	+ 60,4%
Revisões	13	53	48	- 40	- 75,5%
Inspeções	65	64	60	+ 1	+ 1,6%
Dias a Aguardar Peças	24	289	396	- 265	- 91,7%
Taxa de Imobilização (%)	15,31	19,39	19,78	-4,08 p.p.	- 21,0%

p.p. - pontos percentuais.



05

ENGENHARIA E
PRODUÇÃO

5. ENGENHARIA E PRODUÇÃO



839.450
Litros de
Gasóleo



2.269 Ton
Emissões de
CO₂



7.192
Lavagens

5.1. Ambiente

No que diz respeito ao ambiente, é notória a redução no consumo de combustível, menos 186.037 (-18,1%) litros do que em 2019, causada pela redução de oferta, essencialmente no serviço de alugueres.

Assim, no ano de 2020, a CCSG emitiu 2,87 kg de CO₂ por passageiro, mais 0,98 (+52,3%) que em 2019, e 1,57 kg de CO₂ por quilómetro percorrido, o que não altera face ao ano anterior.

Estudos revelam que, para cada tonelada de Emissões de Carbono (CO₂) é necessário plantar 7,14 árvores para que o planeta não sofra os danos causados por esta emissão, assim, as 503 toneladas de CO₂ poupadas, corresponderiam a 3.591 árvores.

Quadro 21 - Ambiente

AMBIENTE	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Consumo Gasóleo	839.450	1.025.537	1.014.376	- 186.087	- 18,1%
TEP	732	895	885	- 162	- 18,1%
Emissões (Ton. de CO ₂)	2.269	2.772	2.742	- 503	- 18,1%
Emissões por passageiro (Kg de CO ₂)	2,87	1,88	1,80	+ 0,98	+ 52,3%
Emissões por Km percorrido (Kg de CO ₂)	1,57	1,57	1,56	0,00	0,0%

5.2. Lavagens de Viaturas

As viaturas são lavadas diariamente, interior e exterior, mantendo assim possível prestar serviços com qualidade e higiene. Apesar da quebra do número de lavagens, face ao ano de 2019, menos 355 (-6,1%) e 2.302 (-57,1%) lavagens nas viaturas do serviço interurbano e de alugueres respetivamente, foram asseguradas as condições dos autocarros para a sua utilização. Tendo em conta a redução de oferta já mencionada, as quebras são perfeitamente justificáveis.

Quadro 22 - Lavagens de Viaturas

LAVAGENS	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Frota Interurbana	5.463	5.818	6.101	- 355	- 6,1%
Frota Alugueres	1.729	4.031	4.039	- 2.302	- 57,1%

Há que salientar que, devido à pandemia, e para proteger os seus clientes, a CCSG contratou uma empresa externa, com vista a desinfetar os nossos autocarros, com elevada frequência, tendo em conta a durabilidade dos produtos utilizados.

(Esta página foi deixada em branco propositadamente.)



06

LOGÍSTICA

6. LOGÍSTICA

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A. – CCSG – no cumprimento do quadro legal é uma Entidade Adjudicante ao abrigo do artigo 2º, n.º 2 CCP.

Em 2020, a CCSG aplicou o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua atual redação à contratação pública que está submetida a esse regime jurídico e demais legislação de adaptação do CCP à Região, nomeadamente o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008 de 14 de agosto de 2008, com as recentes alterações pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2018/M de 15 de março.

Para a contratação pública inserida no âmbito do regime especial dos transportes, com valores abaixo dos limiares comunitários, por aplicação da alínea c) do nº 1 do artigo 9.º, artigo 11.º a contrário e artigo 12.º, todos do CCP, e que, como tal não tem aplicação a parte II do referido Código, foram aplicadas o Regulamento de Aquisições de Bens e de Serviços e de Realização de Empreitadas (RARE).

A CCSG não possui os serviços de apoio habituais a uma operadora de transporte público, nomeadamente serviços de aprovisionamento. Para tal socorre-se nesta área, bem como todas as outras atividades que não a sua prestação do serviço ao cliente final nomeadamente serviços administrativos e de manutenção, aos serviços disponibilizados pela HF.

Desta forma é a HF que trata da logística da CCSG, faturando a esta a prestação dos seus serviços.

Os únicos fornecedores relevantes da CCSG são a HF e a CBK Madeira.

O concurso para exploração da rede interurbana irá ocorrer em 2021, e, desta forma a empresa optou por não efetuar qualquer investimento relevante em 2020.



07

COMERCIAL

7. COMERCIAL



€1.102.708

Receita



256.945

Bilhetes



16.326

Passes

7.1. Vendas do Serviço Interurbano

Tendo em conta o panorama epidemiológico vivido a nível mundial, bem como as medidas impostas pelo GRM, os fluxos de circulação de pessoas foram bastantes reduzidos, o que implicou quebras elevadas nos serviços de transporte de passageiros. Conforme podemos observar no quadro 23, as quebras de receita atingiram o valor de € 745.001 (-40,3%) face aos valores registados em 2019.

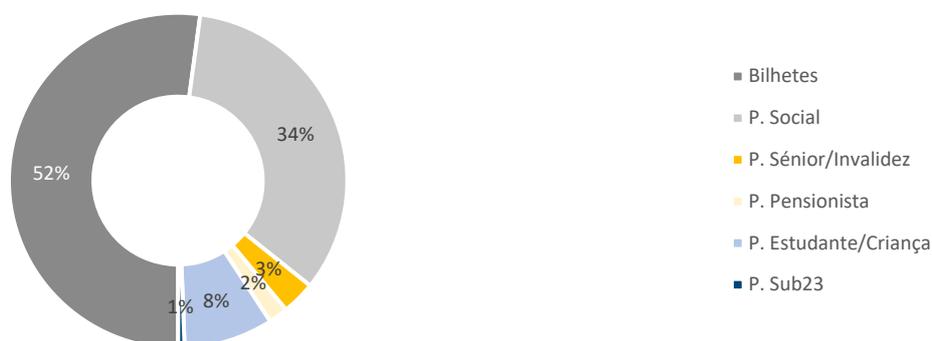
Quadro 23 - Receita por tipo de título

RECEITA	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Bilhetes	574.506	1.058.460	1.172.183	- 483.954	- 45,7%
Bordo	573.055	1.051.101	1.166.613	- 478.046	- 45,5%
Pré-comprados e Multidias	998	3.436	4.121	- 2.438	- 71,0%
Eventuais	453	3.923	1.449	- 3.470	- 88,4%
Passes	528.202	789.248	1.107.615	- 261.046	- 33,1%
Social	371.162	515.323	659.599	- 144.161	- 28,0%
Sénior/Invalidez	35.431	46.411	46.935	- 10.980	- 23,7%
Pensionista	20.614	13.150	3.353	+ 7.464	+ 56,8%
Estudante/Criança	94.286	204.907	391.823	- 110.621	- 54,0%
Sub23	6.709	9.458	5.905	- 2.749	- 29,1%
Total	1.102.708	1.847.708	2.279.798	- 745.001	- 40,3%

Valores em euros e sem IVA.

Esta variação foi praticamente transversal a todos os títulos, mas, não deixa de ser evidente, que a quebra nos bilhetes de bordo está, também, ligada à diminuição de turistas e sendo este título uma das maiores fontes de receita da empresa (52%), como podemos ver no gráfico 11, as quebras eram expectáveis.

Gráfico 11 - Receita por tipo de título (em %)

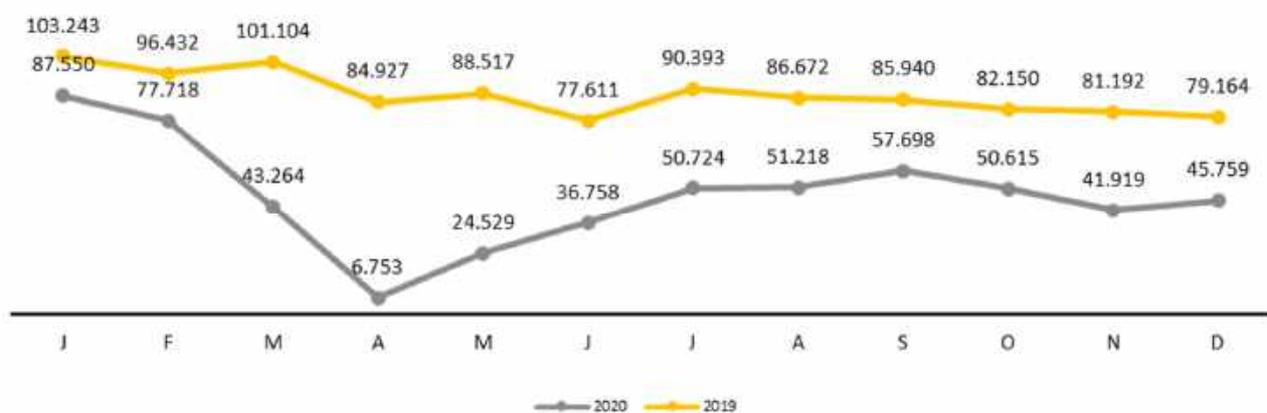


Em termos de quantidades vendidas o cenário é similar:

QUANTIDADES	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Bilhetes	256.945	456.305	507.104	- 199.360	- 43,7%
Bordo	256.790	454.819	505.905	- 198.029	- 43,5%
Pré-comprados e Multidias	87	587	742	- 500	- 85,2%
Eventuais	68	899	457	- 831	- 92,4%
Passes	16.326	20.137	18.568	- 3.811	- 18,9%
Social	9.924	12.142	10.863	- 2.218	- 18,3%
Sénior/Invalidez	1.226	1.551	1.344	- 325	- 21,0%
Pensionista	1.494	956	175	+ 538	+ 56,3%
Estudante/Criança	3.390	5.108	6.031	- 1.718	- 33,6%
Sub23	292	380	155	- 88	- 23,2%
Total	273.271	476.442	525.672	- 203.171	- 42,6%

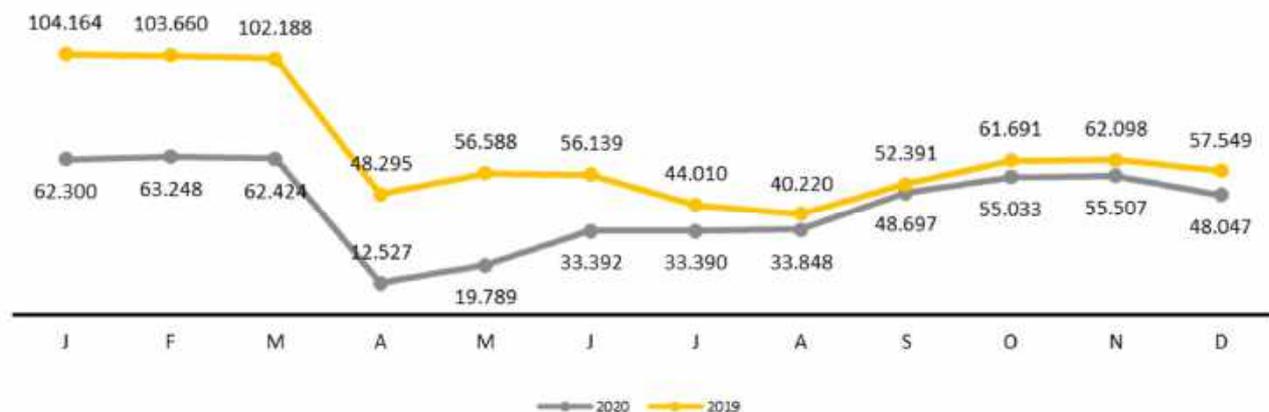
De modo a observarmos a evolução da venda de títulos, no contexto de pandemia, apresentamos alguns gráficos, que elucidam as variações mensais.

Gráfico 12 - Receitas mensais de bilhetes (em euros sem IVA)



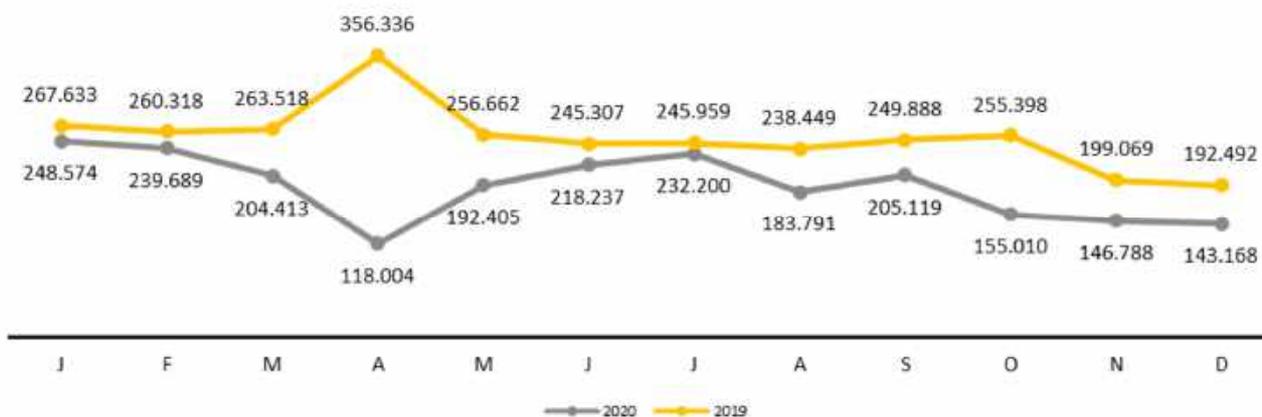
Ao contrário dos bilhetes, onde a receita foi bastante inferior à registada em 2019, nos passes verificamos uma ligeira recuperação a partir do mês de agosto, onde as quebras são muito menores face às registadas no 1º semestre.

Gráfico 13 - Receitas mensais de passes (em euros sem IVA)



No gráfico 14, apresentam-se os montantes da receita da CCSG, que incluem as receitas tarifárias e as Indemnizações Compensatórias, onde se verifica uma homogeneidade nos valores, excetuando o mês de abril de 2019, cujo aumento se deve à assinatura da 2ª Adenda ao Contrato de Serviço Público e início do PARTRAM bem como, a quebra no mês de abril de 2020 derivado do confinamento devido à Covid-19.

Gráfico 14 - Receitas tarifárias com Indemnizações Compensatórias (em euros sem IVA)



7.2. Informação, Eventos e Campanhas

A CCSG continua a promover a utilização do transporte público. No 1º trimestre, pré-pandemia, destaca-se o evento “Festa dos Compadres”, onde foi dada aos clientes a possibilidade de se deslocarem desde o Funchal até Santana, com uma promoção no preço do bilhete, ficando o mesmo a €7,00 (válido para 2 viagens). Após o sucesso em 2019, em 2020, foi maior a aposta na campanha, aumentando os custos em €639. No entanto, a receita não acompanhou a mesma evolução, tornando o resultado do evento negativo em €285.

Dado o surgimento da pandemia no fim do 1º trimestre, a CCSG não pode promover mais nenhum evento.

EVENTOS	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Festa dos Compadres					
Receita	476	252		+ 224	+ 88,9%
Custo	761	121		+ 639	+ 526,9%
Resultado	-285	131		- 415	- 318,0%

Valores em euros.

No que diz respeito ao serviço regular interurbano, tendo em consideração que foi impossibilitada a venda de bilhetes a bordo durante o 2º trimestre e que o sistema de bilhética não permite a venda de títulos pré-comprados por zonamentos, foram criadas 3 parcerias localizadas em 3 das freguesias onde opera a CCSG, de modo a poder servir os nossos clientes não fidelizados.

Com os novos parceiros, foi contratualizada uma comissão de 3%. Desta medida, resultou uma receita de €10.790, conforme o quadro 24.

Quadro 24 - Bilhetes Pré-comprados

BILHETES PRÉ-COMPRADOS	Quantidade	Receita (€)	Comissão (€)
Sabores da Falésia - Curral das Freiras	1.254	2.614	78
RE7PC - Camacha	517	1.014	30
Loja CTT - Santana	244	508	15
Anadia	739	1.641	n.a.
Pinga	1.942	4.496	n.a.
Teleférico	217	518	n.a.
Total	4.913	10.790	124

n.a. – não aplicável.

É importante referir que 38,3% da receita gerada com a iniciativa, provém das novas parcerias, como podemos observar no gráfico 15.

Gráfico 15 - Origem da receita gerada pelos Bilhetes Pré-Comprados



No âmbito comercial foram ainda desenvolvidas as seguintes atividades:

- Criação do “Guia para o Transporte Coletivo de Passageiros, Serviço de Transporte Público e Aluguer” e do “Protocolo de Higiene e Segurança nos Transportes Turísticos” - os documentos contemplam a informação necessária para a utilização dos serviços da CCSG, reforçando a qualidade, segurança e conforto dos mesmos;
- Regresso às aulas – campanha direcionadas aos estudantes para a promoção da utilização do transporte público;
- “Outubro Rosa” e “Novembro Azul” – associação às iniciativas da Liga Portuguesa contra o Cancro;
- Campanha de Natal - iniciativa que decorreu nos postos de venda e atendimento ao público, distribuindo brindes a quem efetuasse o carregamento do seu passe.

(Esta página foi deixada em branco propositadamente.)



08

TECNOLOGIA

8. TECNOLOGIA



379
Pedidos de
Suporte



123
Assistência
SAEIP



311
Intervenções
Bilética

8.1. Desenvolvimento e Manutenção de Software

Ao longo do ano de 2020, foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento da aplicação de gestão do serviço de alugueres;
- Implementação de um projeto piloto para unificação dos sistemas de apoio à exploração e de bilhética;
- Integração do novo sistema de apoio à exploração com o sistema GIST3;
- Manutenção e criação de relatórios para exportação de dados dos diversos sistemas gestão.

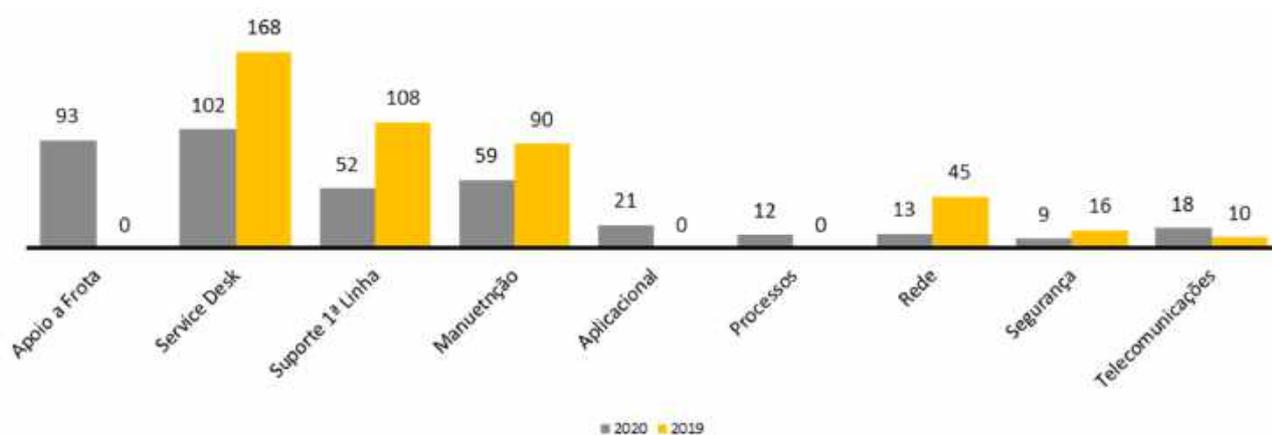
8.2. Alojamento e Administração de Sistemas

Relativamente a este domínio, foram mantidas as atividades de análise e manutenção da rede , dos sistemas, das bases de dados, do *hardware* e do *software*.

8.3. Suporte Técnico

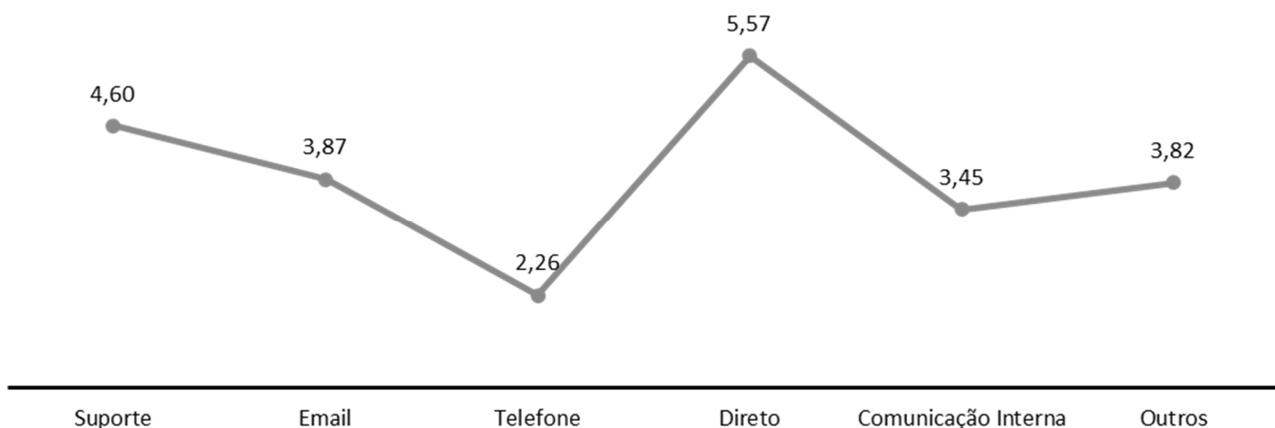
Além das atividades e aplicações desenvolvidas, dada continuidade ao suporte técnico, quer aos colaboradores quer à atividade da CCSG. Conforme o gráfico 16, foram registados 379 pedidos de suporte, menos 58 (-13,3%) que no ano anterior. Esta quebra é justificada pela criação da nova secção SMIE, que é agora responsável pelo apoio tecnológico à frota.

Gráfico 16 - Suporte Técnico



Para a satisfação dos pedidos, foram requeridas 1.539 horas de trabalho, o que se traduz num tempo médio de resposta que ronda as 4 horas. O gráfico seguinte, apresenta o tempo médio de resposta pelas diversas vias de comunicação:

Gráfico 17 - Tempo médio de reposta por vias de pedido (em horas)



8.4. Assistência

Foi mantido o acompanhamento do processo de assistência técnica evolutiva do Sistema de Ajuda à Exploração e Informação aos Passageiros que contempla a atualização dos equipamentos embarcados em parceria com a empresa TECMIC. Registaram-se 15 anomalias nos painéis informativos e 108 na frota, mais 1 e mais 9 do que no período anterior, respetivamente.

Quanto ao sistema de bilhética, foram realizadas 311 intervenções de manutenção, das quais se destacam as seguintes:

- Atualização do sistema de vendas devido a exigências legais, nomeadamente a integração de ATCUDE e QRCode;
- Atualizações e alterações de títulos de transporte;
- Instalação de 67 novas consolas de venda de títulos a bordo.

Quadro 25 - Assistência

ASSISTÊNCIA	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
SAE - Painéis	15	14		+ 1	+ 7,1%
SAE - Frota	108	99		+ 9	+ 9,1%
Bilhética	311	308		+ 3	+ 1,0%
Total	434	421	0	+ 13	+ 3,1%

8.5. Segurança das TIC

No que diz respeito à segurança das TIC, realizaram-se atividades de manutenção e monitorização das *firewalls*, *VPN's* e acessos à WEB.

8.6. Atividades não Planeadas

Adicionalmente às atividades supramencionadas, foram ainda desenvolvidos outros procedimentos, que apesar de não serem planeados, têm um grau de importância elevado, como é o caso da implementação do calendário escolar, o processo de controlo de assiduidade e a implementação do procedimento do passe com Apoio Social Escolar.

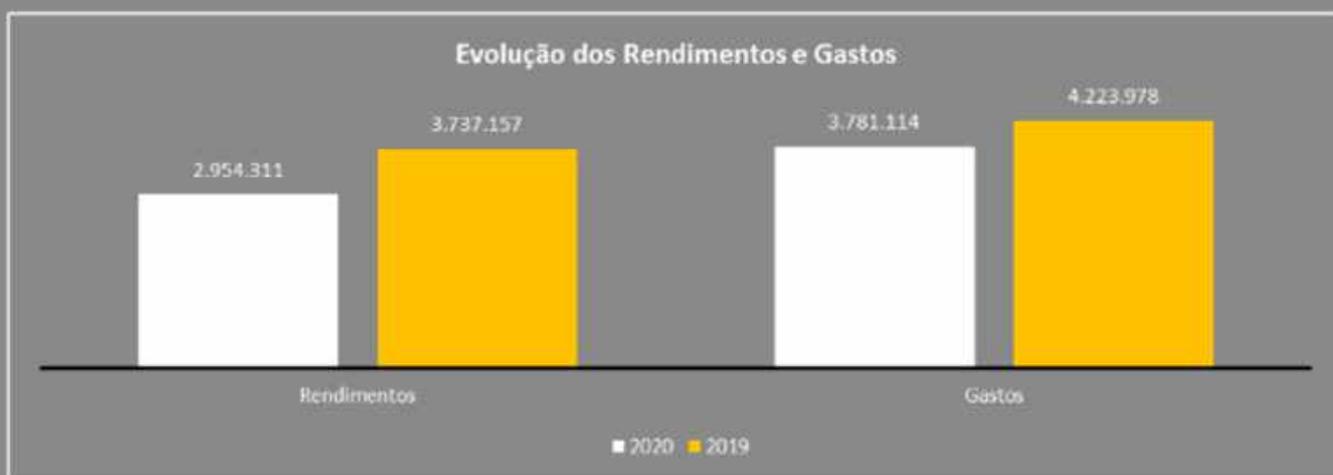
(Esta página foi deixada em branco propositadamente.)



09

ANÁLISE ECONÓMICA
E FINANCEIRA

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



9.1. Resultados

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, fecha o ano de 2020 com um resultado líquido negativo no valor de €826.804, verificando-se um agravamento de 69,8% face ao ano anterior (€-486.821).

Quadro 26 - Resultados

RESULTADOS	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
EBITDA	-663.585	-320.475	47.068	- 343.109	- 107,1%
EBIT	-826.799	-486.789	-139.352	- 340.009	- 69,8%
Resultado Líquido	-826.804	-486.821	-139.362	- 339.983	- 69,8%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

Conforme é visível no quadro 27, ambos os serviços foram bastante afetados pela pandemia sendo ambos os valores de EBITDA superior a €300.000 negativos.

Quadro 27 - Resultados por serviço

RESULTADOS	Serviço Interurbano				Serviço de Alugueres			
	2020	2019	2018	Var. %	2020	2019	2018	Var. %
EBITDA	-351.650	29.318	262.022	-1.299,4%	-311.935	-349.793	-214.953	10,8%
EBIT	-507.199	-111.296	96.229	-355,7%	-319.599	-375.494	-235.581	14,9%
Resultado Líquido	-507.204	-111.327	96.219	-355,6%	-319.599	-375.494	-235.581	14,9%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

9.2. Rendimentos e Ganhos

Entre os rendimentos e ganhos no período, verifica-se uma quebra de 50,8% na rubrica venda e prestação de serviços. Esta justifica-se pela redução de procura, explicada previamente. Já os subsídios à exploração, variaram no sentido inverso, aumentando 41,2%, devido à assinatura dos protocolos com a tutela para cobertura de perdas de receitas e aumentos de custos.

Relativamente aos outros rendimentos e ganhos verifica-se um ligeiro aumento de €6.137 (+44,6%) face ao período homólogo.

Quadro 28 - Rendimentos e Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Vendas e serviços prestados	1.242.330	2.523.176	3.021.686	- 1.280.846	- 50,8%
Subsídios à exploração	1.695.990	1.201.117	763.942	+ 494.874	+ 41,2%
Outros rendimentos e ganhos	19.898	13.761	55.059	+ 6.137	+ 44,6%
Total	2.958.218	3.738.053	3.840.688	- 779.835	- 20,9%

Valores em euros.

Observando as rubricas por serviço, evidencia-se a elevada quebra nos rendimentos do serviço de alugueres, menos 84% do que em 2019.

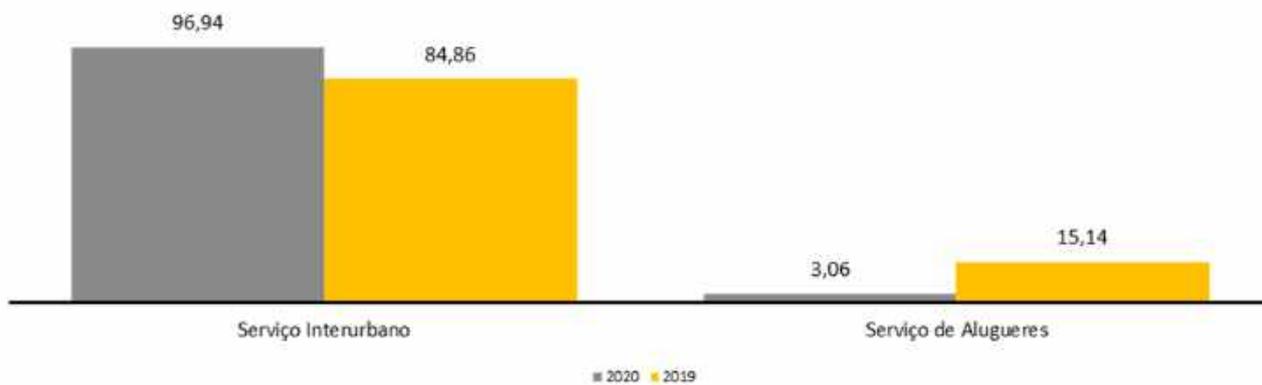
Quadro 29 - Rendimentos e Ganhos por serviço

RENDIMENTOS E GANHOS	Serviço Interurbano				Serviço de Alugueres			
	2020	2019	2018	Var. %	2020	2019	2018	Var. %
Vendas e serviços prestados	1.155.615	1.958.491	2.353.068	-41,0%	86.715	564.685	668.618	-84,6%
Subsídios à exploração	1.695.990	1.201.117	763.942	41,2%	0	0	0	n.a.
Outros rendimentos e ganhos	15.990	12.539	37.542	27,5%	3.908	1.222	17.516	219,9%
Total	2.867.595	3.172.146	3.154.553	-9,6%	90.623	565.907	686.135	-84,0%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

No gráfico seguinte, constatamos que o peso dos rendimentos aumentou no serviço interurbano, em detrimento da variação negativa no serviço de alugueres.

Gráfico 18 - Peso dos Rendimentos e Ganhos por serviço (em %)



9.3. Gastos e Perdas

Relativamente aos gastos e perdas, praticamente todas as rubricas apresentaram uma quebra face ao ano anterior, destacando-se as variações negativas de €185.248 em gastos com o pessoal e €241.455 em combustíveis. Excetua-se apenas a rubrica de outros serviços externos, que sofreu um incremento de €12.722, devido à aquisição de bens e serviços relacionados com a Covid-19, como é o caso de EPI's e serviços de desinfeção.

Quadro 30 - Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Gastos com o Pessoal	1.541.033	1.726.281	1.515.509	- 185.248	- 10,7%
FSE - Combustível	690.285	931.740	936.750	- 241.455	- 25,9%
FSE - Outros	1.360.708	1.347.986	1.326.457	+ 12.722	+ 0,9%
Gastos de amortização	163.214	166.314	186.420	- 3.100	- 1,9%
Outros gastos e perdas	29.783	52.553	14.913	- 22.771	- 43,3%
Total	3.785.022	4.224.874	3.980.049	- 439.852	- 10,4%

Valores em euros.

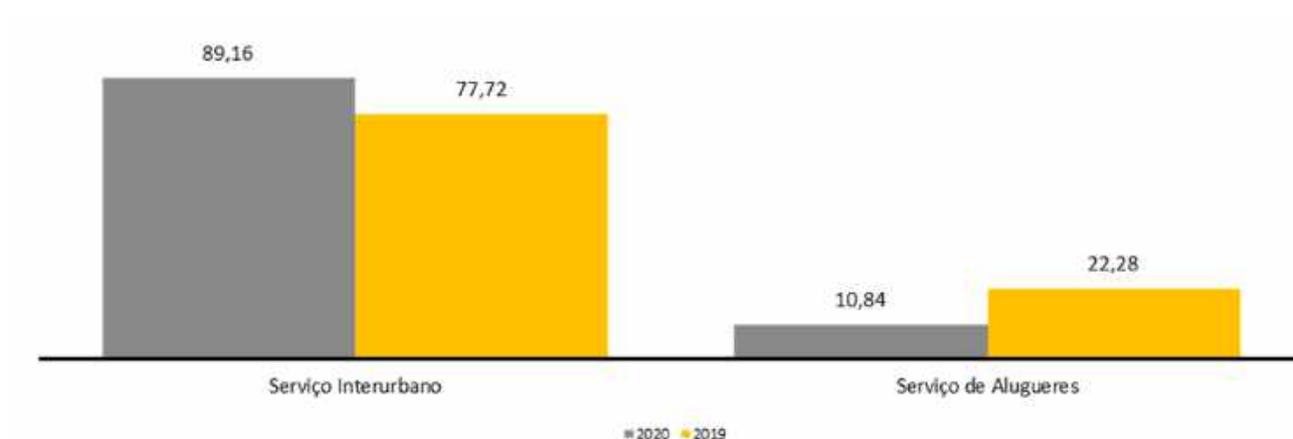
Dividindo os gastos e perdas por serviço, verificamos que o foi no serviço de alugueres que as variações foram, em termos relativos, maiores.

Quadro 31 - Gastos e Perdas por serviço

GASTOS E PERDAS	Serviço Interurbano				Serviço de Alugueres			
	2020	2019	2018	Var. %	2020	2019	2018	Var. %
Gastos com o Pessoal	1.446.379	1.552.166	1.337.918	-6,8%	94.653	174.115	177.591	-45,6%
FSE - Combustível	675.076	804.227	813.194	-16,1%	15.208	127.512	123.557	-88,1%
FSE - Outros	1.075.685	761.829	731.519	41,2%	285.023	586.157	594.938	-51,4%
Gastos de amortização	155.549	140.614	165.793	10,6%	7.665	25.700	20.627	-70,2%
Outros gastos e perdas	22.110	24.638	9.911	-10,3%	7.673	27.915	5.002	-72,5%
Total	3.374.799	3.283.473	3.058.334	2,8%	410.222	941.401	921.715	-56,4%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

Gráfico 19 - Peso dos Gastos e Perdas por serviço (em %)



9.4. Indicadores Financeiros

ATIVO

O total do ativo, apresenta um saldo positivo de €3.245.120, representando uma quebra de €66.422 (-2%), quando comparado com 2019.

CAPITAL PRÓPRIO

O total do capital próprio, no final de 2020, apresenta um valor de €1.469.823, registando uma quebra de €826.804 (-36%) relativamente ao período homólogo. Neste momento, o mesmo não cumpre com o artigo 35º do CSC, no entanto, devido à decisão de não concorrer ao futuro concurso para a exploração do Serviço Público de transporte de passageiros na Região Autónoma da Madeira, o Conselho de Administração optou por não realizar as prestações suplementares que estavam previstas.

PASSIVO

O total do passivo, apresenta um montante de €1.775.297, representando um aumento de €760.382 (74,9%) face a 2019. Este aumento é consequência, grosso modo, do aumento da dívida comercial, mais concretamente à empresa Horários do Funchal, S.A, empresa mãe.

Quadro 32 - Indicadores Financeiros

INDICADORES FINANCEIROS	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Ativo não corrente	1.927.456	2.000.463	1.960.194	- 73.007	- 3,6%
Ativo corrente	1.317.664	1.311.079	2.077.507	+ 6.585	+ 0,5%
Clientes	217.222	819.221	924.921	- 601.999	- 73,5%
Diferimentos ativos	52.526	53.659	48.120	- 1.134	- 2,1%
Outras contas a receber	461.154	196.022	713.612	+ 265.133	+ 135,3%
TOTAL DO ATIVO	3.245.120	3.311.541	4.037.701	- 66.422	- 2,0%
Capital realizado	5.000.000	5.000.000	5.000.000	0	0,0%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1.469.823	2.296.626	2.722.699	- 826.804	- 36,0%
Passivo Corrente	1.775.297	1.014.915	1.315.002	+ 760.382	+ 74,9%
Fornecedores	1.340.702	526.874	781.468	+ 813.827	+ 154,5%
Diferimentos passivos	27.242	33.358	49.679	- 6.115	- 18,3%
TOTAL DO PASSIVO	1.775.297	1.014.915	1.315.002	+ 760.382	+ 74,9%
Vendas e prestações de serviços	1.242.330	2.523.176	3.021.686	- 1.280.846	- 50,8%
Amortizações do exercício	-163.214	-166.314	-186.420	+ 3.100	+ 1,9%
Resultados Operacionais	-826.799	-486.789	-139.352	- 340.009	- 69,8%
Resultados antes de impostos	-826.799	-486.789	-139.352	- 340.009	- 69,8%
Imposto s/ o rendimento do exercício	-5	-31	-10	+ 26	+ 84,1%
Resultado Líquido	-826.804	-486.821	-139.362	- 339.983	- 69,8%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

DÍVIDA COMERCIAL E FINANCEIRA

No que diz respeito à dívida comercial, a mesma aumentou €798.541 (87,9%), devido à perda de receitas nos últimos trimestres. Em relação à dívida financeira da empresa, a mesma é de valor zero. Em termos de Tesouraria, os compromissos assumidos para com terceiros foram cumpridos, com exceção da empresa Horários do Funchal, S.A., que são liquidados consoante as disponibilidades de tesouraria.

Quadro 33 - Dívida Comercial e Financeira

DÍVIDAS	2020	2019	2018	Variação 2020/2019	
				Absoluta	%
Comercial	1.707.424	908.701	1.213.217	+ 798.724	+ 87,9%
Financeira	0	0	0	0	n.a.
Total	1.707.424	908.701	1.213.217	+ 798.724	+ 87,9%

Valores em euros; n.a. - não aplicável.

INVESTIMENTOS

No exercício em análise, a CCSG investiu o valor de €100.849, dos quais, €100.682 em órgãos de substituição de viaturas na rubrica de equipamento básico e €167 em equipamento administrativo.

DESINVESTIMENTOS

A rubrica de equipamento básico regista abates no valor de €522.892, dos quais €481.654 referem-se a 8 viaturas em fim de vida e €41.238 em órgãos de substituição de viaturas e equipamentos de bilhética. Na rubrica de equipamento administrativo foi de €219.

Perspetivas Futuras

A projeção para 2021 foi revista em baixa, refletindo o impacto negativo da evolução da pandemia no quarto trimestre de 2020, que irá perdurar até o 3º trimestre de 2021 com a manutenção de medidas de recolher obrigatório e horário reduzido para alguns estabelecimentos.

No terceiro trimestre, espera-se que, com a diminuição das medidas de contenção, quer em Portugal quer nos principais países emissores de turismo para a RAM, a atividade acelerará e com maior incidência último trimestre do ano.

A recuperação do PIB será gradual e diferenciada entre setores, sendo mais lenta nas atividades ligadas ao turismo, cultura e entretenimento.

O PIB deverá retomar o nível pré-pandemia no final de 2023. A redução do PIB em 2020 excede largamente as quedas registadas no passado, mas projetando-se que a recuperação seja mais rápida do que em crises anteriores.

A recuperação projetada beneficia do impacto das decisões de política monetária e orçamental de resposta à crise, quer do Governo Regional e Central, mas acima de tudo da chegada dos fundos da União Europeia que já foram aprovados. A retoma rápida do investimento contrasta com episódios recessivos anteriores. A recuperação esperada das exportações é mais lenta do que a observada na sequência das recessões anteriores, resultado do comportamento das exportações de turismo.

Para 2021, prevemos mais um ano difícil para a nossa atividade, mas com alguma recuperação a partir do 4º trimestre.

Responsabilidade da Administração

O Conselho de Administração é responsável pela elaboração das Contas do Exercício, anexas a este relatório, as quais fornecem uma justa e apropriada imagem da situação do negócio e da atividade da empresa.

Na preparação das Contas foram utilizadas políticas contabilísticas e critérios apropriados, consistentes com os anos anteriores e com a legislação em vigor.

As demonstrações financeiras e os procedimentos de controlo interno foram revistos pelos auditores externos, não tendo sido identificadas distorções materialmente relevantes.

Proposta de Aplicação de Resultados

Propomos que o Resultado Líquido do exercício, negativo, no valor de €826.803,55, seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

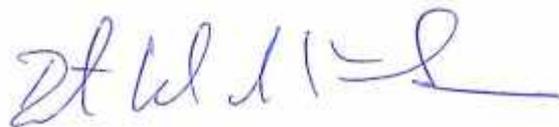
Funchal, 17 de março de 2021



Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves



Susana Maria Florença Pinto Correia



Duarte Leovigildo de Faria Sousa



10

CONTAS DO EXERCÍCIO

10. CONTAS DO EXERCÍCIO

10.1. Balanço

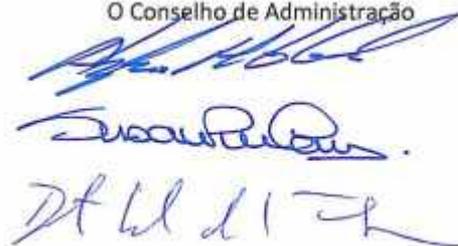
Rubricas	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	1.903.393,16	1.969.384,00
Outros ativos financeiros		963,60	474,05
Estado e outros entes públicos	10	23.098,90	30.604,78
		1.927.455,66	2.000.462,83
Ativo corrente			
Inventários	8	25.201,67	2.064,20
Clientes	9	217.222,43	819.221,23
Adiantamentos a fornecedores	19	66,73	35,38
Estado e outros entes públicos	10	457.777,43	114.151,91
Outras contas a receber	11	461.154,49	196.021,90
Diferimentos	12	52.525,76	53.659,27
Caixa e depósitos bancários	4	103.715,58	125.924,76
		1.317.664,09	1.311.078,65
Total do ATIVO		3.245.119,75	3.311.541,48
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	5.000.000,00	5.000.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	2.700.000,00	2.700.000,00
Reservas Legais	15	59.358,27	59.358,27
Resultados Transitados	16	-5.523.480,31	-5.036.659,57
Excedentes de revalorização	17	60.748,28	60.748,28
Resultado líquido do período		-826.803,55	-486.820,74
Total do Capital Próprio		1.469.822,69	2.296.626,24
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Outras contas a pagar			
		0,00	0,00
Passivo Corrente			
Fornecedores	19	1.340.701,66	526.874,30
Estado e outros entes públicos	10	40.630,28	72.856,90
Outras Contas a Pagar	18	366.722,72	381.826,32
Diferimentos	12	27.242,40	33.357,72
		1.775.297,06	1.014.915,24
Total do Passivo		1.775.297,06	1.014.915,24
Total do Capital Próprio e do Passivo		3.245.119,75	3.311.541,48

Valores em euros.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



10.2. Demonstração dos resultados por naturezas

Rubricas	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Vendas e serviços prestados	20	1.242.329,99	2.523.175,68
Subsídios à exploração	11 e 21	1.695.990,33	1.201.116,56
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	
Variação nos inventários da produção		0,00	
Trabalhos para a própria entidade		0,00	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		-8.584,48	-8.754,89
Fornecimentos e serviços externos	22	-2.050.992,67	-2.279.725,64
Gastos com pessoal	23	-1.541.032,62	-1.726.280,96
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,17	
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9 e 11	4.066,43	-21.530,66
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	
Imparidade de invest. não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	
Aumentos/Reduções de justo valor		20,95	11,02
Outros rendimentos e ganhos	24	11.902,78	12.853,76
Outros gastos e perdas	25	-17.285,71	-21.340,27
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-663.584,83	-320.475,40
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 26	-163.213,72	-166.313,90
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		-826.798,55	-486.789,30
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-826.798,55	-486.789,30
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		-826.798,55	-486.789,30
Imposto sobre rendimento do período	7	-5,00	-31,44
Resultado líquido do período		-826.803,55	-486.820,74

Valores em euros.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



10.3. Demonstração dos fluxos de caixa

Rubricas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	1.908.387,18	2.713.656,34
Pagamentos a Fornecedores	-1.820.726,08	-3.021.765,38
Pagamentos ao Pessoal	-910.442,88	-1.019.039,63
Caixa gerada pelas Operações	-822.781,78	-1.327.148,67
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento	-31,44	
Outros Pagamentos/Recebimentos	886.520,26	1.509.232,19
Fluxos de caixa das atividades operacionais [1]	63.707,04	182.083,52
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos de		
Ativos fixos tangíveis	-85.876,65	-171.578,32
Ativos fixos intangíveis		
Recebimentos de		
Ativos fixos tangíveis		
Ativos fixos intangíveis		
Fluxos de caixa das atividades de investimento [2]	-85.876,65	-171.578,32
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos de		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares	-39,57	-74,16
Redução de capital e ou instrumentos de capital próprio		
Recebimentos de		
Financiamentos obtidos		
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento [3]	-39,57	-74,16
Variação de caixa e seus equivalentes [1]+[2]+[3]	-22.209,18	10.431,04
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	125.924,76	115.493,72
Caixa e seus equivalentes no fim do período	103.715,58	125.924,76

Valores em euros.

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



10.4. Demonstração das alterações no Capital Próprio

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período 2019

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total do Capital Próprio
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	
Posição no Início do Período 2019		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	-4.897.297,93	0,00	-139.361,64	2.722.698,70
Alterações no Período	17							
Realização do exced. Reval. de ativos fixos tang. e intangíveis						60.748,28		60.748,28
Outras alterações reconhecidas no capital próprio					-139.361,64		139.361,64	0,00
			0,00	0,00	0,00	-139.361,64	60.748,28	60.748,28
Resultado Líquido do Período							-486.820,74	-486.820,74
Resultado Integral							-347.459,10	-347.459,10
Operações c/ Detentores capital no Período								
Realizações de capital							0,00	
Outras operações							0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Posição no Fim do Período 2019		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	-5.036.659,57	60.748,28	-486.820,74	2.296.626,24

Valores em euros.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período 2020

Rúbricas	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa						Total do Capital Próprio	
		Capital Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período		
Posição no Início do Período 2020		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	-5.036.659,57	60.748,28	-486.820,74	2.296.626,24	
Alterações no Período	16								
Realização do exced. Reval. de ativos fixos tang. e intangíveis								0,00	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						-486.820,74	486.820,74	0,00	
			0,00	0,00	0,00	-486.820,74	0,00	486.820,74	
Resultado Líquido do Período								-826.803,55	-826.803,55
Resultado Integral								-339.982,81	-339.982,81
Operações c/ Detentores capital no Período									
Realizações de capital							0,00		
Outras operações							0,00		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Posição no Fim do Período 2020		5.000.000,00	2.700.000,00	59.358,27	-5.523.480,31	60.748,28	-826.803,55	1.469.822,69	

Valores em euros.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



ANEXO ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Nota Introdutórias

1.1. Identificação da Entidade

1.1.1. Designação da Entidade

A Companhia dos Carros de São Gonçalo, S. A. (CCSG), é uma sociedade comercial por ações, de natureza privada, cuja composição resulta de agregação de capitais públicos e que foi constituída a 10 de junho de 1939, por escritura pública, exarada de fls. 89, verso, a fls. 90, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 17 do notário da Secretaria Notarial do Funchal, Dr. Francisco Alberto Correia Figueira. Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.01016/40.05.08, a fls. 151 verso, do livro C-3.º, presentemente com o nº. único 511007116, com o capital social integralmente subscrito e realizado de 5.000.000,00 euros.

1.1.2. Objeto e finalidade

Exploração de um serviço público por via da relação de um contrato de Serviço Público de Transporte Rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira, celebrado a 30-10-2017, tendo como atividade o transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, nomeadamente nos concelhos de Santa Cruz, Machico e Santana e no aluguer de autocarros com condutor, principalmente para o turismo.

1.1.3. Sede

A CCSG é a pessoa coletiva nº. 511007116, com sede na Travessa da Fundoa de Baixo, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

1.1.4. Designação da empresa mãe

A Horários do Funchal – Transportes Públicos, SA (HF), é uma sociedade constituída a 5 de junho de 1986, por escritura pública, exarada de fls. 36, verso, a fls. 43, verso, do livro de notas para escrituras diversas nº. 93 do Cartório Privativo do Governo da Região Autónoma da Madeira, em seu tipo - sociedade comercial por ações, natureza - entidade privada, composição - agregação de capitais públicos, objeto e finalidade - exploração em

regime de exclusivo de um serviço público e por via da relação de concessão uma entidade concessionária de serviço público (CAE 49310 – Transportes terrestres, urbanos e suburbanos, de passageiros). São seus sócios fundadores e atuais, a Região Autónoma da Madeira (95%) e a Empresa de Electricidade da Madeira, S.A. (5%). Está inscrita/matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Funchal sob o nº.03441/86.08.28, a fls. 188 verso, do livro C-9º., com o Capital Social integralmente realizado de 17.852.360,00 euros.

1.1.5. Sede da empresa mãe

A HF é a pessoa coletiva nº. 511026340, com sede na Travessa da Fundoa de Baixo, n. º5, freguesia de São Roque, concelho do Funchal.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Disposições gerais

As demonstrações financeiras da Companhia dos Carros de São Gonçalo, S.A, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), conforme disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 98/2015, de 2 de junho e pela portaria nº. 220/2015, de 24 de julho. O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia 17 de março de 2021, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2020 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2019.

2.2. Derrogações às disposições do SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

2.3. Comparabilidade com o ano anterior

Não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como segue:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos, cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição que compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessária, para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado, deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, com as seguintes exceções:

Os terrenos e os edifícios encontram-se registados pelo método de revalorização, ou seja, ao seu justo valor. Sempre que se revelar necessário, ou que ocorram alterações às atuais condições, o justo valor dos ativos fixos tangíveis deverá ser atualizado, sendo que essa análise deverá ocorrer no mínimo de 5 em 5 anos.

Com a aquisição da Estação de serviço da Camacha em 2016 e atendendo à sua última revalorização em 2014 ainda na empresa mãe, em 2019 procedeu-se a novas avaliações para obtenção dos justos valores, não

existindo no exercício de 2020 qualquer alteração às atuais condições que justificasse a atualização do seu justo valor.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Empresa. As reparações que prolonguem a vida útil e económica dos bens do ativo fixo tangível, são contabilizadas pelo custo de aquisição e são amortizadas durante o tempo médio de vida útil estimado (equipamento básico - viaturas para o transporte de passageiros desagregadas em componentes) e/ou pela vida útil esperada e/ou residual das respetivas imobilizações.

As reparações/manutenções de natureza plurianual e de carácter recorrente bem como as adições e/ou os melhoramentos que não são ativos fixos tangíveis, mas integrem custos ocorridos no exercício, referentes a anos seguintes são contabilizadas e reconhecidas no período compreendido entre duas reparações, na rubrica de custos diferidos, sendo a parte correspondente a cada um dos exercícios registada na demonstração de resultados, respeitando-se assim o princípio do acréscimo e/ou da especialização dos exercícios.

As reparações/manutenções periódicas, preventivas e preditivas, custos de assistência diária, são reconhecidas como gastos à medida que são incorridos.

Para desenvolvimento da sua atividade e tendo em conta a orografia da Ilha da Madeira, a CCSG tem por norma imprimir às viaturas utilizadas no desenvolvimento da sua atividade especificidades significativas. Esta situação associada a custos significativos de transportes, dificulta a venda por parte da CCSG destas viaturas para fora da Ilha da Madeira, sendo que as restantes empresas que operam no mercado regional, no ramo dos transportes, não conseguem absorver este tipo de viaturas, caracterizando a inexistência de um mercado ativo, inviabilizando assim o apuramento de um valor de mercado apropriado. Assim, esse valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor em uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CCSG considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, deve ter-se em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Na ausência de contratualização da prestação de serviço público, a CCSG entende que não é possível a determinação do valor em uso conforme definido pelo Sistema de Normalização Contabilística, e não se encontram definidas regras específicas para empresas prestadoras de serviço público.

Não obstante, quando se verificam situações específicas que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando as viaturas deixem de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e

reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim vida útil.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas sobre o valor de custo ou de reavaliação, a partir da entrada em funcionamento dos bens, segundo o método da linha reta, após a dedução do seu valor residual.

Em 2010, por aplicação da NCRF nº. 7, procedeu à desagregação das viaturas por componentes e inerentemente alterar as vidas úteis das viaturas, tendo como base uma análise realizada internamente. Em 2017, também tendo como base uma análise realizada internamente, foram revistas as vidas úteis das viaturas, tendo-se verificado que não existe diferenças significativas que levássemos a efetuar qualquer alteração.

Desta forma, de acordo com a NCRF nº 7, foi considerada como vida útil destes ativos o período durante o qual a Empresa espera que as componentes que os compõem estejam disponíveis para uso, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

Tipo de Bens	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 43
Equipamento básico:	
Viaturas:	
Motores	8
Caixa de Velocidades	2
Diferenciais	5
Eixos	5
Carroçarias	8
Outros	16
Equipamentos de Cobrança e Controlo	3 a 8
Programas de Cobrança e Controlo	3
Equipamento Administrativo	5 a 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	5 a 8

As vidas úteis dos bens, método de depreciação e valor residual, quando aplicável, são revistos anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o recebimento e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecidos como rendimentos ou gastos no período. No caso de alienação de bens revalorizados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

Direitos de concessão

Foi publicado no JORAM II Série, Nº 220, o despacho nº 520/2019, de 23 de dezembro, que autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóvel, que tenham sido renovados após a data limite do período referido na alínea d) do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, por um período adicional de dezanove meses até 31 de julho de 2021, mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horários e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigorem a 31 de dezembro de 2019.

Impostos sobre o rendimento do período

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base no resultado tributável da Empresa e considera a tributação diferida, quando aplicável.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável, o qual difere do resultado contabilístico da Empresa, de acordo com as regras fiscais aprovadas, à data de balanço, no local da sede da Empresa.

Os impostos diferidos resultam do reconhecimento da consequência fiscal que ocorrerá no futuro, por efeito das transações e outros acontecimentos da entidade no período.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos relevados contabilisticamente e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, e periodicamente avaliados, utilizando as taxas de tributação aprovadas à data de balanço. Não se procedendo ao respetivo desconto.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos, somente, quando for provável que lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais, as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Na data de cada balanço, é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias, subjacentes, aos ativos por impostos diferidos, no sentido de as reconhecer ou ajustar, em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 68 da NCRF 25, a Empresa procede à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- Tiver um direito legalmente executável de compensar ativos por impostos correntes contra passivos por impostos correntes;
- Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento, lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio das saídas de armazém (consumos) é o custo médio ponderado.

A Empresa reduz o custo dos inventários (*write down*) para o seu valor realizável líquido, sempre que esses ativos estão escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso.

Outros créditos a receber

Os outros créditos a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva, sendo apresentadas no balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade, são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas, são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem e investimentos financeiros a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Capitais Próprios e, subsequentemente, quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem. Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Capitais Próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas não são reconhecidos, até que haja segurança razoável de que a Empresa cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas reembolsáveis são contabilizados como passivos.

Os empréstimos sem juros ou a taxas de juros baixas são uma forma de apoio do Governo e de outras entidades públicas, mas o benefício não é quantificado pela imputação de juros.

Um subsídio e outros apoios de entidades públicas, que se torne recebível como compensação por gastos ou perdas já incorridas ou para a finalidade de dar suporte financeiro imediato à Empresa, sem qualquer futuro custo relacionado, é reconhecido como rendimento do período em que se tornar recebível.

Os subsídios que são concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar *deficits* de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se destinarem a financiar deficits de exploração de exercícios futuros, caso em que se imputam aos referidos exercícios. Estes subsídios são apresentados separadamente como tal na demonstração dos resultados.

Quando um subsídio e outros apoios de entidades públicas tomar a forma de transferência de um ativo não monetário, tal como terrenos ou outros recursos, para uso da Empresa, é usual avaliar o justo valor do ativo não monetário e contabilizar, quer o subsídio quer o ativo por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio serão registados por uma quantia nominal.

Os subsídios e apoios de outras entidades públicas, não condicionais que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, o subsídio se torna recebível.

Os subsídios e outros apoios de entidades públicas, condicionais, que se relacionem com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, são reconhecidos como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas aos subsídios do Governo.

Provisões

São reconhecidas provisões quando:

- A Empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação; e,
- É possível efetuar uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respetivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada período, é reconhecida como um gasto financeiro.

Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes, são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas demonstrações financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que a alteração ocorra.

Os passivos contingentes de carácter ambiental, não são reconhecidos no balanço. Se existir uma possibilidade, menos que provável, de que um dano ambiental deva ser reparado no futuro, mas essa obrigação esteja ainda dependente da ocorrência de um acontecimento incerto, a Empresa divulga o respetivo passivo contingente.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber relativa à prestação de serviços das carreiras interurbanas e serviços de aluguer e turismo.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

- A Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- A Empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação, possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito associado com uma prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da prestação da transação à data do balanço, quando o desfecho de uma transação possa ser fiavelmente estimado. O desfecho de uma transação pode ser fiavelmente estimado quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos. Quando o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro for diferido, o justo valor da retribuição pode ser menor que a quantia nominal. Esta diferença é reconhecida como rédito de juros.

Gastos/Rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 17 de março de 2021, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço, são considerados na preparação das demonstrações financeiras.

Não ocorreram acontecimentos materiais após a data do balanço suscetíveis de dar lugar a ajustamentos (Nota 30).

Capitalização de custos com empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica são capitalizados como parte do custo desses ativos.

Um ativo que se qualifica é um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para venda. O montante de custos a capitalizar é determinado através da

aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos obtidos como parte do custo de um ativo que se qualifica inicia-se quando os dispêndios com o ativo estejam a ser incorridos. Os custos de empréstimos obtidos estejam a ser incorridos e as atividades que sejam necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou venda estejam em curso.

A capitalização dos custos dos empréstimos obtidos cessa quando, substancialmente, todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

3.3. Principais estimativas e julgamentos

As NCRF requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Empresa e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Empresa é apresentada na Nota 3.2 do Anexo.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Empresa, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido

escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores, são baseadas na avaliação efetuada pela Empresa da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Impostos sobre os lucros

Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis durante nos seguintes períodos:

- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 pode ser reportados por um período de 12 anos;
- Os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2017 pode ser reportados por um período de 5 anos.

Desde 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, encontra-se limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

A partir de janeiro de 2017, foram revogadas as regras de utilização de prejuízos fiscais que preveem a dedução, em primeiro lugar, daqueles que foram gerados também em primeiro lugar (critério FIFO). Sendo assim, passa a ser permitida a dedução em primeiro lugar daqueles prejuízos cujo período de reporte se esgota primeiro.

Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes, principalmente, de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

O não reconhecimento dos ativos por impostos diferidos, relacionados com prejuízos fiscais teve por base projeções da Empresa, que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros.

Face à pandemia COVID-19, o Orçamento do Estado Suplementar para 2020 veio criar um regime especial de dedução de prejuízos fiscais, que venham a ser apurados no período de tributação de 2020 e 2021, e relativamente aos prejuízos fiscais que se encontrem em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020.

- Prejuízos fiscais de 2020 e 2021: o prazo de reporte passa a ser de 10 anos (anteriormente eram 5 anos). Para as PME, mantém-se o prazo de 12 anos.
- O limite de 70% para dedução ao lucro tributável é elevado para 80% do lucro tributável, sempre que essa diferença resulte da dedução de prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.
- Relativamente aos prejuízos fiscais em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020, a contagem do seu prazo de reporte fica suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021, traduzindo-se num aumento de 2 anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

Subsídios à exploração/ Indemnização compensatória

Os subsídios atribuídos pelo Governo Regional da Madeira, de acordo com o protocolo em vigor, embora não recebidos, mas com uma certeza de que o vão ser, são reconhecidos, por estimativa, como rendimentos do período de forma a balancear com os gastos que supostamente vão compensar.

De acordo com o contrato, assinado em 30/10/2017 e pelos seus aditamentos, o primeiro em 24/09/2018, o segundo em 01/03/2019, de modo a operacionalizar e implementar a criação do Programa de Apoio à Redução Tarifária na Região Autónoma da Madeira (PARTRAM) consagrado no artigo 62º do Decreto Legislativo Regional nº 26/2018/M, de 31 de dezembro que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2019 e,

finalmente, o terceiro que foi assinado a 30/12/2019 e que altera o Anexo V – Critérios de Cálculo e Procedimentos Relativos às Compensações por Obrigações de Serviço Público, para que seja aditada a verba necessária para cobrir as indemnizações compensatórias entre janeiro de 2020 e julho de 2021 de modo a salvaguardar a continuidade e se evitem roturas na prestação do serviço público de âmbito intermunicipal e municipal às populações até à conclusão do procedimento concorrencial para a atribuição do Serviço Público na RAM, por forma a assegurar um período de tempo necessário à sua preparação, realização e conclusão estimado, até novembro de 2021, há que referir o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação de contas de todas as Empresas, do mesmo setor. São os elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras, devidamente aprovadas, que vão contribuir para o seu apuramento;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o plafond máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Vidas úteis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, principalmente, para o seu equipamento básico (viaturas de transporte coletivo de passageiros) e do método de amortização/depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer no resultado de cada exercício.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão.

Em 2010, tendo por base informação adicional disponibilizada internamente, a Empresa decidiu desagregar o equipamento básico (viaturas) em componentes e rever as vidas úteis aplicáveis a cada componente. A definição das novas vidas úteis foi efetuada com base na antiguidade e na condição destes equipamentos, bem como na expectativa futura de utilização. Em 2017 foram revistas as vidas úteis, não encontrando diferenças relevantes que levasse a qualquer correção.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

O equilíbrio da atividade operacional e dos resultados dos períodos futuros da Empresa, encontra-se dependente da capacidade de articulação dos proveitos de exploração com os custos de exploração, bem como de uma eventual redefinição da estratégia comercial, a qual deverá ser enquadrado no Plano Estratégico dos Transportes da Região Autónoma da Madeira (PIETRAM), 2014/2020.

Além deste enquadramento, temos a adenda ao contrato de Serviço Público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira, assinada em 2019, publicado no JORAM II Série, Nº 220, o despacho nº 520/2019, de 23 de dezembro, que autorizou a manutenção, em regime de exploração provisória, de todos os títulos de concessão para a exploração do serviço público de transporte de passageiros, por modo rodoviário, atribuídos ao abrigo do Regulamento de Transportes em Automóvel, que tenham sido renovados após a data limite do período referido na alínea d) do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 1370/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro de 2007, por um período adicional de dezanove meses até 31 de julho de 2021, mantendo tais títulos e operadores os mesmos direitos e deveres, carreiras, itinerários, paragens, horários e frequências, sistema de cobrança e tarifários que vigorem a 31 de dezembro de 2019.

A 30 de dezembro de 2020, foi publicado no JORAM I Série, Nº 245, 4º suplemento, a resolução nº 1285/2020, que autoriza a realização da despesa inerente ao concurso público internacional para a “Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na RAM” e a 8 de fevereiro de 2021 o mesmo foi publicado no Diário da República, nº 26, parte L - Contratos Públicos, concurso que se aplica a todo o serviço de transporte público coletivo de passageiros em carreiras interurbanas, na qual a Companhia dos Carros de São Gonçalo está inserida.

Assim, não estando em questão a continuidade da empresa no próximo exercício, uma vez que se prevê a prorrogação do contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira até finais de 2021, atendendo que não é nossa intenção concorrer ao citado concurso, é provável que no ano de 2022 sejam tomadas decisões que possam por em causa a continuidade das operações mas que de momento não nos é possível determinar os moldes e as circunstâncias em que tal ocorrerá, sendo uma possibilidade, a incorporação na empresa-mãe, dos ativos e recursos humanos da CCSG, caso estes últimos o queiram, pois poderão optar por integrar a nova concessionária.

Face à pandemia Covid-19, não sendo possível, prever os efeitos que possam advir do seu agravamento no início de 2021 e sua evolução futura, consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

3.5. Principais fontes de incertezas das estimativas

As principais fontes de incertezas encontram-se detalhadas na Nota 3.3.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2020, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	0,00	1.000,00
Depósitos à Ordem	103.715,58	124.924,76
Montepio Geral	2.906,89	3.091,29
Novo Banco	0,00	34.102,24
BIC	773,04	12.356,71
Caixa Geral de Depósitos	100.035,65	71.634,30
Millennium BCP	0,00	3.440,22
IGCP	0,00	300,00
Total	103.715,58	125.924,76

Valores em euros.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o presente período, a Empresa não alterou qualquer política contabilística.

6. Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Valor Bruto	11.154.091,45	11.576.352,41
Terrenos e Recursos Naturais	425.153,95	425.153,95
Edifícios e Outras Construções	1.285.179,26	1.285.179,26
Equipamento Básico	9.385.985,20	9.808.195,20
Equipamento Administrativo	36.048,89	36.099,85
Ativos Fixos Tangíveis (em curso)	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	21.724,15	21.724,15
Depreciação Acumulada e Imparidade	-9.250.698,29	-9.606.968,41
Depreciação do Período	-163.213,72	-166.313,90
Depreciação Acumulada de Períodos Anteriores	-9.087.484,57	-9.440.654,51
Perdas por Imparidade do Período	0,00	0,00
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	0,00	0,00
Valor Líquido Contabilístico	1.903.393,16	1.969.384,00

Valores em euros.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis, durante o ano 2020, são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Revalorizações	Abates/ Alienações	Saldo Final
Valor Bruto	11.576.352,41	100.849,46	0,00	-523.110,42	11.154.091,45
Terrenos e recursos naturais	425.153,95				425.153,95
Edifícios e outras construções	1.285.179,26				1.285.179,26
Equipamento básico	9.808.195,20	100.681,70		-522.891,70	9.385.985,20
Equipamento de transporte					0,00
Equipamento administrativo	36.099,85	167,76		-218,72	36.048,89
Equipamentos biológicos					0,00
Outros ativos fixos tangíveis	21.724,15				21.724,15
Ativos fixos tangíveis (em curso)	0,00				0,00
Adiant. p/ c/ de investimentos					0,00
Depreciação Acumulada e Impar.	-9.606.968,41	-163.213,72	0,00	519.483,84	-9.250.698,29
Terrenos e recursos naturais	-3,95				-3,95
Edifícios e outras construções	-9.729,26	-38.711,08			-48.440,34
Equipamento básico	-9.541.669,57	-123.681,02		519.265,12	-9.146.085,47
Equipamento de transporte					0,00
Equipamento administrativo	-33.841,48	-821,62		218,72	-34.444,38
Equipamentos biológicos					0,00
Outros ativos fixos tangíveis	-21.724,15				-21.724,15
Total	1.969.384,00				1.903.393,16

Valores em euros.

Nas adições:

Na rubrica de equipamento básico, o montante de 101 mil euros corresponde a reparações efetuadas em órgãos de substituição de viaturas, que por sua vez, deram lugar ao abate dos respetivos órgãos substituídos. No ano anterior, o montante foi de 133 mil euros.

Nas revalorizações/imparidades:

No exercício de 2019, foi efetuada a avaliação ao terreno e edifício e outras construções, mais precisamente à estação da Camacha, onde existiu uma revalorização no montante de 60 mil euros, sendo que não existiu qualquer alteração no exercício de 2020.

Nos abates/alienações e outras alterações:

A rubrica de equipamento básico, regista o abate de 8 viaturas, no valor de 482 mil euros e dos órgãos de substituição de viaturas, no valor de 41 mil euros. No ano anterior, regista o abate dos órgãos de substituição de viaturas, no valor de 88 mil euros. Na rubrica de equipamentos administrativos, regista-se, em 2020, um abate no valor de 219 euros e no ano anterior totalizava 7 mil euros.

Nas depreciações:

As depreciações na rubrica “Edifícios e Outras Construções”, referem-se à estação da Camacha.

As depreciações na rubrica “Equipamento Básico”, são referentes aos órgãos de substituição das viaturas, com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição.

A variação nos gastos/reversões de depreciação e de amortização, no valor de 3 mil euros, refere-se aos órgãos de substituição de viaturas, atendendo que o ativo fixo tangível, viaturas, encontra-se totalmente depreciado por esgotamento da vida útil.

7. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, no valor de 5,00 euros, refere-se à estimativa de imposto corrente apurado com base no lucro tributável e depois de efetuada as devidas correções fiscais e cálculo de tributações autónomas. No ano anterior, foi de 31,44 euros.

A CCSG não reconheceu impostos diferidos ativos, de prejuízos fiscais, por não haver expectativa fundamentadas de obter lucros tributáveis futuros.

O detalhe dos prejuízos e créditos fiscais reportáveis são analisados como segue:

Data Limite de Reporte	31/12/2020	31/12/2019
2022		66.049,91
2023		184.015,15
2024	66.049,91	454.221,50
2026	184.015,15	527.599,85
2027	454.221,50	207.765,57
2028	527.599,85	
2029	207.765,57	
2030	822.313,36	
Total	2.261.965,34	1.439.651,98

Valores em euros.

A Empresa não reconheceu os seguintes impostos diferidos ativos:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Base	Imposto	Base Imposto	%
Prejuízos fiscais 2014	527.599,85	110.795,97	527.599,85	110.795,97
Prejuízos fiscais 2015	207.765,57	43.630,77	207.765,57	43.630,77
Prejuízos fiscais 2017	66.049,91	14.200,73	66.049,91	14.200,73
Prejuízos fiscais 2018	184.015,15	37.723,11	184.015,15	37.723,11
Prejuízos fiscais 2019	454.221,50	93.115,41	454.221,50	93.115,41
Prejuízos fiscais 2020	822.313,36	124.991,63		
Total	2.261.965,34	424.457,62	1.439.651,98	299.465,99

Valores em euros.

Para além dos prejuízos fiscais, que geram impostos diferidos e à semelhança do verificado em exercícios anteriores, não existem outras diferenças temporárias relevantes a serem divulgadas.

8. Inventários

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Valor Bruto:	25.614,36	2.477,06
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	25.614,36	2.477,06
Produtos e trabalhos em curso		
Depreciação Acumulada e Imparidade	-412,69	-412,86
Perdas por Imparidade do Período	0,17	
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-412,86	-412,86
Valor Líquido Contabilístico	25.201,67	2.064,20

Valores em euros.

A variação ocorrida nesta rubrica refere-se à aquisição de máscaras cirúrgicas, que são entregues mensalmente aos colaboradores da empresa.

9. Clientes

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Valor Bruto	250.911,44	858.522,95
Clientes c/c Gerais	250.911,44	858.522,95
Depreciação Acumulada e Imparidade	-33.689,01	-39.301,72
Perdas por Imparidade do Período	-3.907,48	-21.487,31
Perdas por Imparidade de Período Anteriores	-29.781,53	-17.814,41
Valor Líquido Contabilístico	217.222,43	819.221,23

Valores em euros.

O valor apresentado em clientes gerais, refere-se, essencialmente, à dívida da empresa mãe Horários do Funchal, S.A., 171 mil euros no presente exercício, no exercício anterior era de 591 mil euros. As restantes dívidas mais representativas são de associações, agências de viagens e escolas.

Os movimentos das perdas por imparidade são analisados como segue:

Descrição	Saldo Inicial	Perdas	Reversões	Desreconhecimento	Saldo Final
Perdas por Imparidade	39.301,72	3.907,48	-7.973,91	-1.546,28	33.689,01
Serviço de Alugueres	32.110,04	3.907,48	-1.371,00	-964,14	33.682,38
Serviço Interurbano	7.191,68		-6.602,91	-582,14	6,63
Total	39.301,72	3.907,48	-7.973,91	-1.546,28	33.689,01

Valores em euros.

As perdas de imparidade registadas, respeita ao ajustamento de clientes, por terem sido considerados de cobrança duvidosa e com elevado risco de incobrabilidade. As reversões resultam da liquidação da dívida por parte de clientes. No exercício em análise foram liquidadas dívidas no valor de 8 mil euros. Foi ainda desreconhecido o montante de 1.546,28 euros

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

Descrição	até 180 dias	180 a 360 dias	mais de 360 dias
Cientes Gerais	48.085,79	177.781,97	25.043,68
Total	48.085,79	177.781,97	25.043,68

Valores em euros.

A antiguidade de saldos mais expressivos é relativa a clientes do serviço do setor de turismo.

10. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	480.876,33	144.756,69
Imposto sobre o rendimento	23.098,90	30.604,78
IVA a recuperar	457.777,43	114.151,91
IVA reembolsos pedidos		
Outros impostos		
Passivo	40.630,28	72.856,90
Imposto sobre o rendimento	5,00	31,44
Retenções de imposto sobre o rendimento	9.695,62	15.428,81
Outros impostos	363,07	355,95
Contribuições para a Segurança Social	30.566,59	57.040,70
Outras tributações		

Valores em euros.

O imposto sobre o rendimento, diz respeito a pagamentos especiais por conta de IRC, de exercícios anteriores, conforme quadro abaixo e à estimativa de imposto, IRC, a pagar deste exercício.

A CCSG realizou junto do Estado pagamentos especiais por conta (PEC), desde 2015, os quais ascendem, a 31 de dezembro de 2020, a 23 mil euros.

Face ao descrito no quadro abaixo, apresentamos uma síntese dos PEC e datas limites para dedução à coleta:

PEC	Data Limite de Dedução	31/12/2020	31/12/2019
2014	2020		7.505,88
2015	2021	7.298,63	7.298,63
2016	2022	7.554,68	7.554,68
2017	2023	6.275,77	6.275,77
2018	2024	1.969,82	1.969,82
Total		23.098,90	30.604,78

Valores em euros.

Os valores acima referidos, estão apresentados nas demonstrações financeiras, no ativo não corrente.

11. Outros créditos a receber

A rubrica de Outros Créditos a Receber é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Valor Bruto	461.276,49	196.143,90
Adiantamentos ao Pessoal	6.000,00	4.289,00
Outros Devedores	450.743,78	183.403,00
Devedores por Acréscimo de Rendimentos	4.532,71	8.451,90
Imparidade Acumulada	-122,00	-122,00
Imparidade do Período	0,00	-122,00
Imparidade de Período Anteriores	-122,00	0,00
Valor Líquido Contabilístico	461.154,49	196.021,90

Valores em euros.

As principais variações dos saldos apresentados são:

- Na rubrica, outros devedores, deve-se essencialmente ao subsídio referente ao aumento de custos e quebra de receitas, associados à Covid-19.
- Na rubrica, devedores por acréscimos de rendimentos, deve-se, essencialmente, à compensação financeira do passe sub23@superior.pt, que será faturado em 2021.

12. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo - Gastos a Reconhecer	52.525,76	53.659,27
Seguros	51.986,36	53.029,01
Outros	539,40	630,26
Passivo - Rendimentos a Reconhecer	27.242,40	33.357,72
Passes	27.242,40	32.414,86
Alugueres		942,86

Valores em euros.

Nos gastos a reconhecer, o valor de 52,5 mil euros corresponde aos vários seguros, onde destacamos o seguro de responsabilidade civil de passageiros, no montante de 19 mil euros e o seguro de acidentes de trabalho, no montante de 22 mil euros.

Nos rendimentos a reconhecer, Passes, refere-se aos títulos de transporte vendidos no período compreendido entre 20 e 31 de dezembro e válidos para janeiro do ano 2021.

13. Capital subscrito

O capital social de 5.000.000,00 euros, representado por 1.000.000 ações ordinárias de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado a 31 de dezembro de 2020.

14. Outros instrumentos de Capital

O Capital Próprio no ano de 2015 encontrava-se abaixo de 50% do valor do seu Capital Social, situação não permitida pelo art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais. Para ultrapassar a situação, em Assembleia Geral de 30/12/2015, a acionista, HF, aprovou a realização de duas Prestações Suplementares de Capital, sendo uma, naquela mesma data, no valor de 1.000.000,00 de euros e outra, no montante de 1.700.000,00 euros, no decorrer do ano de 2016.

Em 2020 o capital próprio encontra-se novamente abaixo dos 50% do Capital Social, não cumprindo o art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais, uma vez que o Conselho de Administração optou por não realizar as prestações suplementares que estavam previstas, devido à decisão de não concorrer ao futuro concurso para a exploração do Serviço Público de transporte de passageiros da Região Autónoma da Madeira.

O Conselho de Administração irá proceder à apreciação da forma mais adequada para dar cumprimento ao previsto na referida disposição legal.

Em 31 de dezembro de 2020, totalizava o montante de 2.700.000,00 euros.

15. Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Empresa, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital social da Empresa. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020, era no montante de 59.358,27 euros.

16. Resultados transitados

A variação dos resultados transitados diz respeito à incorporação do resultado líquido negativo, do exercício anterior, no montante de 486.820,74 euros, apresentando um valor acumulado de 5.523.480,31 euros negativos.

17. Excedentes de revalorização

A rubrica de excedentes de revalorização é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Reavaliações Decorrentes de Diplomas Legais	0,00	0,00
Antes de Imposto sobre o Rendimento		
Impostos Diferidos		
Outros Excedentes	0,00	60.748,28
Antes de Imposto sobre o Rendimento		60.748,28
Impostos Diferidos		
Total	0,00	60.748,28

Valores em euros.

O montante desta rubrica, advém da realização das revalorizações efetuadas no final do exercício de 2019, no terreno e edifício da Camacha, em função das depreciações registadas. Atendendo às projeções da Empresa que demonstram a inexistência de lucros tributáveis futuros, não existiu reconhecimento de impostos diferidos, nem qualquer variação no exercício de 2020.

18. Outras dívidas a pagar

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Não Corrente	0,00	0,00
Fornecedores de Investimento		
Credores por Acréscimo de Gastos		
Benefícios pós-emprego		
Credores por Subscrições não Liberadas		
Outros Credores		
Pessoal		
Corrente	366.722,72	381.826,32
Fornecedores de investimentos	105.881,02	68.721,31
Credores por acréscimos de gastos		
Férias e Subsídio de Férias	234.822,02	229.692,54
Outros credores por acréscimos de gastos	6.463,57	60.718,17
Benefícios pós-emprego		
Credores por subscrições não liberadas		
Outros credores	18.468,45	21.390,01
Pessoal	1.087,66	1.304,29
Total	366.722,72	381.826,32

Valores em euros.

Na rubrica, Fornecedores de Investimento, os valores em aberto referem-se, essencialmente, à aquisição dos serviços de reparação e substituição de órgãos em viaturas, contabilizados em investimentos, fornecidos pela empresa mãe – HF.

Na rubrica, credores por acréscimos de gastos, incluem-se os montantes da previsão de férias e subsídio de férias, assim como outros gastos correntes que serão pagos em 2021, mas o seu gasto refere-se a 2020.

Na rubrica, outros credores, do montante de 18 mil euros, são referentes a serviços fornecidos pela empresa mãe HF, o valor restante diz respeito a outros credores da empresa.

19. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores é analisada como segue:

Data Limite de Reporte	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores c/c		
Gerais	5.130,01	6.567,52
Empresa mãe	1.333.966,91	520.306,78
Faturas em Receção e Conferência	1.604,74	
Total	1.340.701,66	526.874,30

Valores em euros.

Na rubrica Fornecedores, mais especificamente Empresa mãe, o valor refere-se ao fornecimento de gasóleo e serviços de manutenção/reparação de viaturas, que é liquidado de acordo com as suas disponibilidades financeiras.

20. Vendas e serviços prestados

As vendas e serviços prestados analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Serviços Prestados		
Bilhetes	574.537,17	1.058.715,36
Vinhetas e Passes	537.452,15	798.253,50
Turismo e Outros	130.340,67	666.206,82
Total	1.242.329,99	2.523.175,68

Valores em euros.

As principais variações dos saldos apresentados em serviços prestados são as seguintes:

- No serviço interurbano, há uma variação negativa de, aproximadamente, 745 mil euros, justificado pela redução nos bilhetes vendidos a bordo no montante de 484 mil euros e nos títulos passes de 261 mil euros. Esta redução significativa é justificada pelas restrições impostas a nível regional, decorrentes da pandemia, onde foram suspensas por um determinado período de tempo a venda de bilhetes a bordo, assim como a redução da nossa operação durante vários meses. A entrada em vigor do programa de apoio à redução tarifária na RAM a partir de abril 2019, conforme portaria nº 82/2019, teve impacto na redução do valor dos títulos passes e redução do número bilhetes vendidos a bordo.
- No serviço de aluguer/turismo, a diminuição de 536 mil euros, é resultado, das restrições impostas a nível regional, a nível nacional e a nível mundial, face ao surto pandémico COVID-19, onde o turismo foi fortemente afetado. Além disto temos o envelhecimento da frota, que atingiram o seu fim de vida útil e pela falta de investimento na aquisição de novas viaturas, que comprometem a sua competitividade em relação às outras empresas do mesmo setor.

21. Subsídios à exploração

Os subsídios à exploração analisam-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Subsídios à Exploração/Indemnizações Compensatórias	1.243.925,62	1.193.725,04
Subsídios à Exploração/SUB23	4.529,52	7.391,52
Subsídios à Exploração/outros	447.535,19	
Total	1.695.990,33	1.201.116,56

Valores em euros.

Nos subsídios à exploração/ Indemnização Compensatória, a variação positiva é substancial, comparativamente com o ano anterior e justificada pelo processo de cooperação financeira para o financiamento do défice de exploração, resultante do aumento da despesa e perda de receita, decorrentes dos efeitos da pandemia Covid-19.

De realçar o aumento das Indemnizações Compensatórias devido ao programa de redução tarifária na RAM conforme referido anteriormente. Em relação aos valores de 2019, 2018 e 2017, poderão ser alterados, de acordo com o contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira assinado em 30/10/2017 e das adendas de 24/09/2018 e 30/12/2019, em resultado da reconciliação final, que devia ter ocorrido em agosto de 2020. Relativamente à reconciliação do ano de 2020 irá ocorrer em agosto de 2021.

O contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na Região Autónoma da Madeira acima, tal qual nos anos anteriores, refere o seguinte:

- Que o seu valor definitivo só será calculado após a aprovação das contas de todas as Empresas do mesmo setor, com base nos elementos reconhecidos nas demonstrações financeiras de cada ano, devidamente auditadas;
- Que o apuramento de reconciliação, será efetuado pela Secretaria Regional da Economia da Madeira, outorgante deste protocolo, até 31 de agosto do ano seguinte;
- Que caso não seja possível assegurar as variações acima previstas, respeitando o limite máximo definido no referido protocolo, deverá privilegiar-se as empresas que tenham reduções em detrimento das demais;
- Que os ajustamentos previstos, acima, são feitos por entre as empresas que tenham variações anuais acima do limite mínimo, tendo por referência o universo dessas empresas e, quando aplicável, os valores do ano são ajustados pela variação máxima permitida.

Nos subsídios à exploração/SUB23, com a continuação dos novos títulos de transporte, com descontos especiais, denominados Passe SUB23@SUPERIOR.PT, destinados aos estudantes do ensino superior, até os 23 anos inclusive, foram contabilizados 4,5 mil euros.

22. Fornecimento e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Subcontratos	115.829,59	82.453,25
Serviços Especializados	1.033.960,51	1.069.747,43
Trabalhos Especializados	83.042,31	65.270,95
Publicidade e Propaganda	1.159,84	2.909,60
Vigilância e Segurança	5.450,88	5.450,88
Honorários		
Comissões	12.364,66	20.173,28
Conservação e Reparação	931.942,82	975.942,72
Materiais	6.186,30	6.295,76
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido		
Material de Escritório	6.108,00	4.748,00
Outros	78,30	1.547,76
Energia e Fluidos	696.106,91	939.599,40
Eletricidade	3.224,67	3.827,84
Combustíveis	690.284,53	931.739,70
Água	349,10	329,70
Outros Fluidos	2.248,61	3.702,16
Deslocações, Estadas e Transportes	15,86	0,00
Deslocações e Estadas	15,86	
Transporte de Mercadorias		
Serviços Diversos	198.893,50	181.629,80
Rendas e Alugueres	60.633,00	59.976,00
Comunicação	8.204,03	5.043,78
Seguros	86.782,28	96.750,44
Contencioso e Notariado	110,00	380,00
Despesas de Representação	25,00	157,20
Limpeza, Higiene e Conforto	35.700,74	7.344,11
Outros Serviços	7.438,45	11.978,27
Total	2.050.992,67	2.279.725,64

Valores em euros.

A rubrica, fornecimentos e serviços externos, apresenta uma diminuição de 228,7 mil euros em relação ao ano anterior, fruto da redução da operação durante o ano, em consequência da Covid-19, e destacam-se as seguintes variações:

- Nos subcontratos, um aumento de 33,4 mil euros, devido ao aumento de serviços requisitados no exterior, nomeadamente à empresa mãe – HF, de forma a colmatar algumas baixas e saídas da empresa;
- Na rubrica, conservação e reparação de viaturas, redução de 44 mil euros, pois face à antiguidade e estado de conservação, foi evitado reparar viaturas que implicassem elevados custos;
- Na rubrica, gasóleo, houve uma grande redução de 241,5 mil euros, fruto da redução da operação durante vários meses devido às restrições da pandemia;
- Na rubrica, limpeza, higiene e conforto, aumento de 28,3 mil euros face ao ano anterior e que reflete os custos com a desinfeção dos autocarros e imóveis, aquisição de álcool gel e outros produtos.

Nas restantes rubricas nada de relevo a destacar, embora exista uma ligeira diminuição das rubricas de seguros e comissões.

23. Gastos com o pessoal

A rubrica de Gastos com pessoal é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	1.244.764,83	1.395.403,05
Outros Benefícios		
Indemnizações		
Encargos sobre Remunerações	276.704,32	313.656,50
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	16.539,48	16.392,55
Gastos de Ação Social	1.043,99	733,86
Outros Gastos com o Pessoal	1.980,00	95,00
Total	1.541.032,62	1.726.280,96

Valores em euros.

Nas rubricas de gastos com o pessoal, houve uma diminuição de 185 mil euros, reflexo da redução das horas extraordinárias, uma vez que durante vários meses houve uma redução da nossa operação, face às restrições impostas pelo Governo Regional.

Distribuição do pessoal em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Órgãos Sociais		
Diretores/Chefias Superiores		
Chefias Intermédias	1	1
Profissionais Altamente Qualificados	1	1
Profissionais Semi-Qualificados	64	67
Contratados a Prazo		
Total	66	69

Valores em euros.

24. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Rendimentos Suplementares	8.409,65	1.273,97
Ganhos em Inventários		6,68
Outros	3.493,13	11.573,11
Total	11.902,78	12.853,76

Valores em euros.

Na rubrica, rendimentos suplementares, o valor refere-se, essencialmente, à recuperação de despesas diversas e de indemnizações de seguros.

Na rubrica, Outros, pela correção relativa a anos anteriores.

25. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Impostos	960,19	2.372,90
Descontos de Pronto Pagamento Concedidos	19,52	134,38
Perdas em Inventários	373,60	77,38
Investimentos não Financeiros	3.626,58	11.418,12
Outros	12.305,82	7.337,49
Total	17.285,71	21.340,27

Valores em euros.

A rubrica de impostos contempla o pagamento de taxas de justiça em processos de reclamação de dívidas assim como o imposto municipal de imóveis.

Na rubrica, investimentos não financeiros, a variação refere-se, essencialmente, ao abate de órgãos de substituição de viaturas.

Em outros, releva-se a regularização do pagamento especial por conta caducado e pequenos acertos de anos anteriores e de conta corrente.

26. Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

A rubrica de Gastos/reversões de depreciação e de amortização é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Gastos em Propriedades de Investimento		
Gastos em Ativos Fixos Tangíveis	163.213,72	166.313,90
Reversões		
Total	163.213,72	166.313,90

Valores em euros.

Pela análise do quadro acima, verifica-se uma redução na ordem dos 3 mil euros, referente às depreciações dos órgãos de substituição das viaturas, que com base nos anos de vida útil atribuídos no momento da sua substituição, as viaturas estão praticamente depreciadas pelo esgotamento de sua vida útil.

27. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A 29 de março de 2016, foi apresentado um pedido de Revisão Oficiosa (artigo 78º da LGT), referente ao Imposto sobre o valor acrescentado considerado como liquidado em excesso, no período de dezembro 2012 a março 2014, no valor de 85.344,00 euros, pelo que é feita uma breve descrição do processo.

1. Com efeito, em 10 de agosto de 2018, foi proferido pela ATRAM, despacho de indeferimento ao procedimento de Revisão Oficiosa, do qual fomos notificados a 3 de setembro de 2018;
2. Através de requerimento, de 12 de outubro de 2018, a CCSG apresentou um pedido de “Recurso Hierárquico”, o qual foi rejeitado com fundamento na sua extemporaneidade (notificado em 28 de novembro de 2018);
3. Na sequência da rejeição do recurso, a CCSG moveu uma Ação Administrativa em 19 de fevereiro de 2019 (Processo nº 64/19.3BEFUN), contra a ATRAM;
4. A referida ação foi considerada procedente, em 21 de novembro de 2019, e em consequência foi anulado o ato tributário impugnado que indeferiu o Recurso Hierárquico;

5. Uma vez anulado o ato, a ATRAM apreciou o Recurso Hierárquico, e notificou-nos a 08/01/2020 do projeto de decisão;
6. A 24/01/2020, exercemos o direito de audição prévia;
7. A 12/02/2020 fomos notificados do despacho de indeferimento do recurso hierárquico;
8. Pelo que, está presentemente a ser preparada a impugnação judicial para ser oportunamente remetida para Tribunal.

Sobre esta matéria foi ainda solicitado um pedido de informação vinculativa a 03/05/2019, onde argumentamos que a fórmula de cálculo para o apuramento das compensações financeiras, que tem por base uma soma algébrica de vários agregados (custos – proveitos + lucro razoável + incentivos) e não preços vs. Quantidades, razão pela qual entendemos que não é aplicável o imposto. Durante o exercício recebemos a resposta da Autoridade Tributária, onde discorda do nosso entendimento.

28. Divulgações de partes relacionadas

A CCSG é detida a 100% pela empresa Horários do Funchal – Transportes Públicos S.A..

Não foram atribuídas quaisquer remunerações ao pessoal - chave da gestão da CCSG.

Foi atribuído à empresa mãe uma remuneração no montante de 35.433,12 euros, a título de desempenho de cargos sociais dos seus órgãos de gestão na CCSG.

As transações entre partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Vendas e Serviços Prestados	4.091,47	0,00
Empresa mãe	4.091,47	
Outras Partes Relacionadas		
Gastos	1.981.539,09	2.219.807,85
Empresa mãe	1.981.539,09	2.219.807,85
Outras Partes Relacionadas		
Total	1.977.447,62	2.219.807,85

Valores em euros.

As transações mais significativas referem-se a fornecimentos e serviços externos, nomeadamente, combustíveis e conservação e reparação de viaturas.

Os saldos com partes relacionadas apresentam-se como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativos	172.286,83	768.526,13
Empresa mãe	172.286,83	768.526,13
Passivos	-1.447.591,06	-657.891,08
Empresa mãe	-1.447.591,06	-657.891,08
Total	-1.275.304,23	110.635,05

Valores em euros.

No ativo, refere-se à dívida da HF, relacionado com venda de títulos de transporte da CCSG.

No passivo, o valor é referente aos fornecimentos de bens e serviços efetuados pela HF, nomeadamente, gasóleo e serviços de manutenção de viaturas.

29. Honorários e outros serviços faturados

Sociedade de revisores oficiais de contas

A rubrica é analisada como segue:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Honorários Totais Faturados, Revisão Legal Contas Anuais	4.950,00	4.950,00
Honorários Totais Faturados, Outros Serviços	1.600,00	1.600,00
Total	6.550,00	6.550,00

Valores em euros.

Os honorários contratualizados para a revisão legal de contas do presente exercício foi no montante de 4.950,00 euros.

30. Acontecimentos após a data de balanço

Após a data de balanço não ocorreram quaisquer acontecimentos suscetíveis de darem lugar a ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras da empresa. Contudo procedemos à seguinte divulgação:

O surto do Covid-19 foi classificado como Pandemia pela Organização Mundial da Saúde a 11 de março de 2020 e alastrou também ao nosso País, onde foi declarado o Estado de Emergência em 18 de março de 2020.

Depois das duas primeiras vagas do COVID-19 ocorridas durante 2020, cujos impactos são reconhecidos e divulgados nas respetivas demonstrações financeiras do exercício, a Pandemia registou nos primeiros dois

meses de 2021 (terceira vaga), um subsequente e severo agravamento que, somente neste curto período, terá ultrapassado o número de incidentes (infetados e óbitos) de todo o ano de 2020.

Uma vez que esta Pandemia tem tido e continua a ter um impacto social e económico muitíssimo significativo, voltando a gerar um elevado grau de incerteza para as empresas e entidades, as implicações no relato financeiro têm sido e podem continuar também a ser muito significativas, com efeitos que dependem da realidade de cada empresa e entidade.

Perante este cenário, o Governo Regional, tem vindo a ajustar, reforçar e implementar novas medidas na Região Autónoma da Madeira, para controlar e conter a pandemia, de modo a assegurar a salvaguarda da saúde pública e, simultaneamente, manter em funcionamento a atividade económica regional.

Neste contexto, a empresa reforçou um conjunto de medidas, tendentes à minimização dos riscos e ao reforço da monitorização do mercado, que permitem manter a sua atividade em harmonia com as restrições decretadas pelo Governo Regional, nomeadamente a limitação da capacidade dos nossos autocarros.

Não sendo possível, prever os efeitos que possam advir da evolução da pandemia, consideramos que as atuais circunstâncias, não colocam em causa a continuidade das operações.

31. Anexo ao relatório do conselho de administração

Anexo ao Relatório do Conselho de Administração
a que se refere o nº. 6 do Art.º 447º do (C.S.C.) Código das Sociedades Comerciais

ÓRGÃOS SOCIAIS Art.º 447º, nº. 1 do C.S.C.	Nº. DE AÇÕES 31/12/2020	Nº. DE AÇÕES 31/12/2019
Exercício de 2019		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia Gabriel de Lima Farinha		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Susana Maria Florença Pinto Correia Duarte Leovigildo de Faria Sousa		
FISCAL ÚNICO BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.		
Exercício de 2020		
MESA DA ASSEMBLEIA GERAL António José Jardim Faria António Manuel Pita Rentróia Gabriel de Lima Farinha		
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Alejandro Marcelino Gonçalves Gonçalves Susana Maria Florença Pinto Correia Duarte Leovigildo de Faria Sousa		
FISCAL ÚNICO BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.		
ACIONISTAS Art.º 447º, nº. 2, alínea d) do C.S.C.	Nº. DE AÇÕES 31/12/2020	Nº. DE AÇÕES 31/12/2019
Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.	1.000.000	1.000.000

Informação a que se refere o nº. 4 do Art.º 448º do C.S.C.

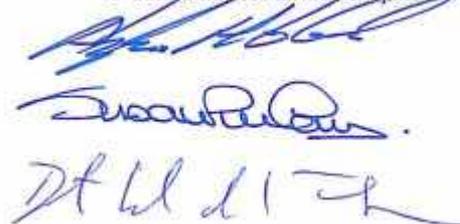
Os acionistas abaixo indicados detinham em 31 de dezembro de 2020 as seguintes posições:

ACIONISTAS	Nº. DE AÇÕES	%
Horários do Funchal - Transportes Públicos S.A.	1.000.000	100%

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A. (adiante também designada por CCSG ou Empresa) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3 245 120 euros e um total de capital próprio de 1 469 823 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 826 804 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido no Relatório de Gestão e na nota 14 do Anexo às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração optou por não realizar as prestações suplementares previstas para 2020, no valor de 1 milhão de euros, devido à decisão de não concorrer ao futuro concurso para a exploração do serviço Público de transporte de passageiro da Região Autónoma da Madeira, publicado em 8 de fevereiro de 2021 no Diário da República. Em 31 de dezembro de 2020 o capital próprio da Empresa ascende a 1 469 823 euros, sendo o seu capital de 5 000 000 euros. Estando perdido mais de metade do Capital, e de acordo com o previsto no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais,

o Conselho de Administração irá proceder à apreciação da forma mais adequada para dar cumprimento ao previsto na referida disposição legal.

Conforme divulgado na nota 3.4 do Anexo às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração considera que a continuidade da Empresa não está em causa, uma vez que prevê a prorrogação do contrato de serviço público de transporte rodoviário de passageiros na RAM até finais de 2021 e que apenas em 2022 venham a ser tomadas decisões sobre a continuidade das operações.

Conforme divulgado no Relatório de Gestão e na nota 30 do Anexo às demonstrações financeiras, o Conselho de Administração considera que o cenário de pandemia Covid-19 agravado no início de 2021, continua a ter um impacto social e económico significativo, não sendo possível na presente data apurar todos os seus efeitos nem a sua quantificação, tendo sido reforçado um conjunto de medidas tendentes à minimização dos riscos e ao reforço da monitorização do mercado, que permitem manter a atividade em harmonia com as restrições decretadas pelo Governo Regional. Neste contexto, é convicção do Conselho de Administração que estas circunstâncias excecionais decorrentes do agravamento da Pandemia no início de 2021 não colocam em causa a continuidade das operações da Empresa.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em

fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.



A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Funchal, 26 de março de 2021

A handwritten signature in blue ink that reads 'António Pina Fonseca'. The signature is written in a cursive style and is positioned above a horizontal line.

António Pina Fonseca, em representação de
BDO & Associados - SROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2020, a atividade da Companhia de Carros de São Gonçalo, S.A., examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Empresa e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pela Administração, relativos ao exercício de 2020;

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Funchal, 26 de março de 2021

O FISCAL ÚNICO



António Pina Fonseca, em representação de
BDO & Associados - SROC, Lda.



COMPANHIA DOS CARROS
DE SÃO GONÇALO, S.A.